

GABRIEL COUTO

RELATÓRIO & CONTAS

2025

1. Relatório de Gestão 2

2. Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração 23

3. Informação Financeira 25

4. Relatórios de Fiscalização 83

1. Relatório de Gestão

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Gestão e Contas, que refletem a atividade económica e financeira e não financeira da nossa sociedade durante o exercício de 2025.

1.1 Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. - Perfil

Identificação da sociedade

Designação da Entidade:
Construções Gabriel A. S. Couto, SA
Sede:
Rua S. João de Pedra Leital, 1000 – 4770 -464 Vila Nova de Famalicão
Natureza da atividade:
Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.

Certificações

O crescente nível de exigência dos clientes, o reconhecimento das competências organizacionais, a diminuição dos riscos laborais, a proteção ambiental e o cumprimento do acervo legal nacional e comunitário aplicável à nossa atividade, têm sido os vetores que suportam a necessidade de sistemas de gestão orientados para os processos e para a sua melhoria contínua, dentro da Gabriel Couto.

Neste alinhamento, e dando cumprimento à estratégia seguida temos os seguintes sistemas implementados e certificados:



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:
Maria Helena Freitas Couto

Secretário:
Alcino Alves Correia da Cruz

Conselho de Administração

Presidente:
Carlos Alberto Freitas do Couto

Administradores:
António Gabriel Freitas Couto
Avelino Jorge da Silva Oliveira

Conselho Fiscal

Presidente:
José Luis Pinto de Azevedo

Vogal:
Domingos Alberto Pinto da Silva Gomes
Mario Virgílio Veloso Antunes

Suplente
Rui Manuel Vieira Cardoso

Revisor Oficial de Contas

Efetivo:
ACM - Armindo Costa
Serra Cruz, Martins & Associados SROC, Lda., represented by João Carlos do Sul Ribeiro – ROC

Suplente:
António Serra Cruz

Apresentação e História

Com a sua fundação em 1948, a Gabriel Couto começou cedo a investir forte numa estratégia de expansão e diversificação em novas áreas de negócio, participando, à época, diretamente em diversas empresas que gradualmente lhe permitiram a entrada e sequente expansão em novos mercados da fileira da Construção e Obras Públicas.

O Grupo Gabriel Couto está hoje fortemente implantado em Portugal e além-fronteiras. Para além da construtora sediada em V.N. de Famalicão, tem participações na COMASA, geotecnia, reabilitação e reforço de estruturas; ABRICAL, exploração de pedreiras e britagem; a PARQF, exploração de parques de estacionamento; EUROSCUT, Sociedades Concessionárias das SCUTS do Algarve, Norte Litoral e Açores. Paralelamente a todas estas áreas, está também na promoção imobiliária, onde a empresa tem, historicamente, uma presença significativa, mantendo uma relação especial com a empresa PONTALTA, fundada em 1974, com uma estrutura acionista comum.

No plano da internacionalização, a empresa tem participações em sucursais espalhadas por África, em países como Moçambique, Gana, Zâmbia e Cabo Verde, bem como na América Central, nas Honduras e em El Salvador, e em filiais em Angola e Moçambique, países onde desenvolve ou desenvolveu diversos projetos, quase todos financiados pelas mais importantes multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Fundo Soberano dos Estados Unidos (MCC), entre outros.

No seu plano estratégico de diversificação, o Grupo Gabriel Couto encontrou, assim, uma forma adequada para uma resposta positiva aos muitos e complexos desafios que o setor da construção e do desenvolvimento económico enfrentam em tempos muito conturbados e com a economia mundial em permanentes convulsões.

A sua identidade organizacional representada pela Missão, Visão e Valores são o propósito do Grupo. Cresceram para assegurar uma correta resposta às exigências dos clientes como garante da sua missão de uma forma sustentada, com qualidade, através de recursos qualificados, diferenciadores e inovadores. Rigor, integridade, transparência, eficiência, sustentabilidade, ética e a inovação são os valores que sustentam dignamente a História da Gabriel Couto, enquanto a visão passa, sobretudo, por manter uma referência de prestígio na área da construção civil e obras públicas e assegurar a melhoria contínua dos seus processos, níveis de rentabilidade e a criação de valores.

O setor de engenharia da Gabriel Couto é altamente qualificado e considerado capaz de ombrear com a concorrência de países mais desenvolvidos e, como tal, é reconhecido internacionalmente como uma empresa de excelência.

Missão e valores

Visão

Do que queremos ser no futuro
Ser uma referência de prestígio na área da construção civil e obras públicas, reconhecidos por gerir e desenvolver o talento e as competências dos seus trabalhadores como fator competitivo e diferenciador, assegurando desta forma a melhoria continua dos seus processos, dos níveis de rentabilidade e da criação de valor.

Missão

A nossa razão de existir
Assegurar uma correta resposta às exigências dos clientes, sempre de uma forma sustentada, com qualidade e rigor, e através de recursos qualificados diferenciadores e inovadores, de forma a permitir uma rentabilidade de negócio atrativa.

Valores

Valores que sustentamos
Os valores da Gabriel Couto são o Rigor, a Integridade, a Transparência, a Eficiência, a Sustentabilidade, a Ética e a Inovação.

Código de Ética e Conduta e Sistema de Compliance

No cumprimento do disposto na legislação aplicável, a Gabriel Couto tem em vigor a Política de Integridade, onde inclui, nomeadamente o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o seu Código de Conduta e Ética e regula o tema da proteção de denunciantes. No ano de 2025 a Gabriel Couto manteve o cumprimento das normativas aplicáveis, com a publicação do Relatório de Execução da Política de Integridade, referente ao ano de 2024.

No ano de 2025 não foram registadas quaisquer infrações ao Código de Conduta e Ética.

Adicionalmente, e de acordo com os requisitos legais, a Política de Integridade designa o Responsável pelo Cumprimento Normativo, neste caso o Provedor da Política de Integridade, e disponibiliza um canal específico para apresentação de denúncias neste âmbito.

Em 2025, não foram recebidas quaisquer denúncias. No âmbito da apresentação de denúncias, a Política de Integridade reforça os princípios de não retaliação e da confidencialidade.

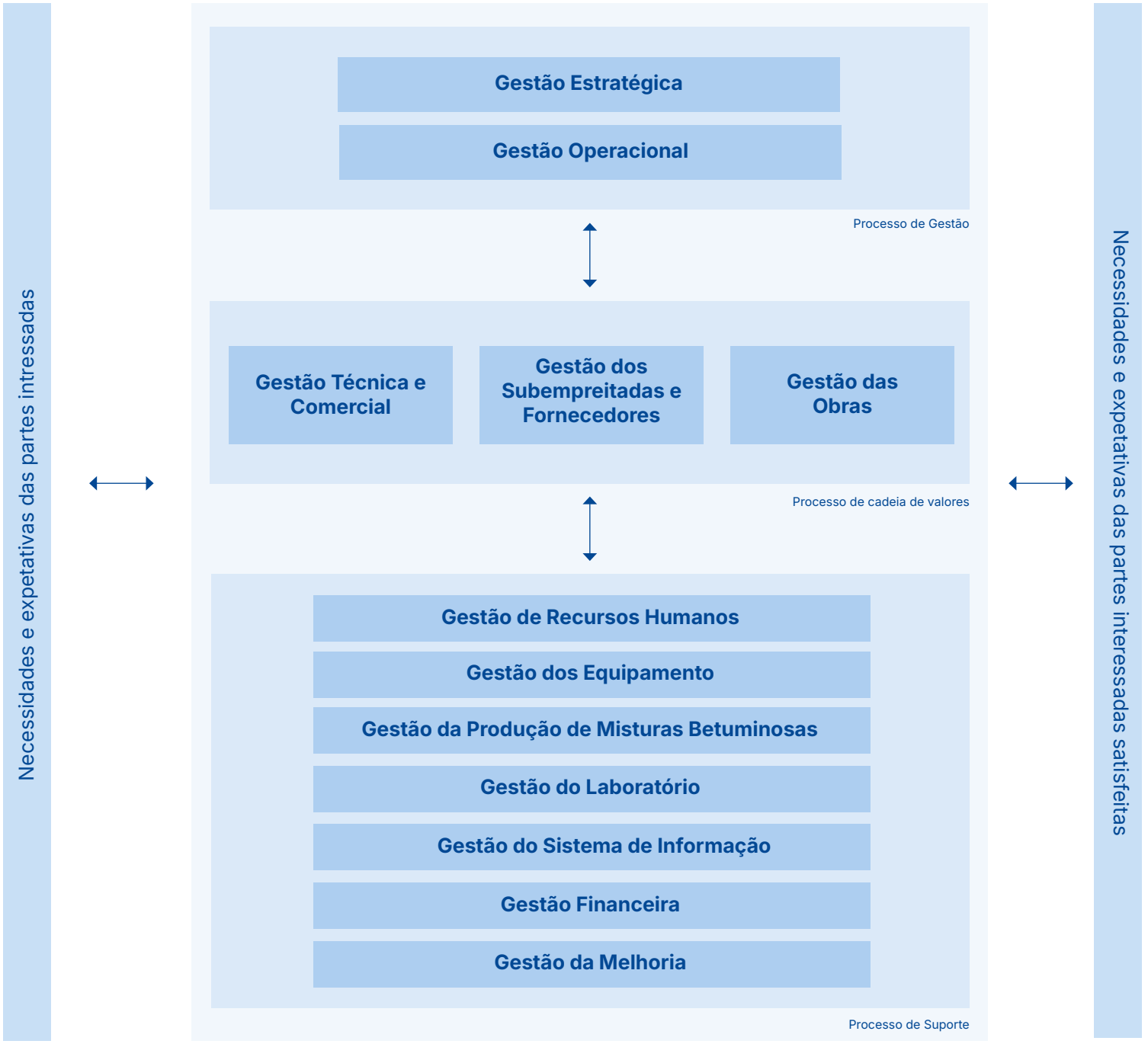
A Política de Integridade está coordenada com Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, que se desdobra e é a base dos vários instrumentos de gestão, nomeadamente o orçamento anual e prestação de anual de contas, que inclui o relatório de gestão, que acabam por ser as ferramentas executivas de implementação das boas regras de compliance.

Organização

A Gabriel Couto está organizada funcionalmente com base em departamentos competindo à Administração assegurar o cumprimento das diretrizes do sistema de gestão, nomeadamente através do cumprimento dos requisitos legais, contratuais, normativos, e outros definidos internamente, aplicáveis, disponibilizando para isso os recursos necessários.

A Gabriel Couto utiliza um sistema de gestão orientado por processos designado por Modelo de Processos:

Esta rede de processos foi definida de acordo com os princípios da identidade organizacional – visão, missão e valores – e para dar resposta à política de gestão e objetivos estratégicos, indo de encontro a toda a cadeia de valor da organização.



1.2 Relato de Informação Financeira de 2025

Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

Em 2025, verificou-se, na economia global, a consolidação do processo de normalização após os choques inflacionistas e energéticos dos últimos anos. De acordo com projeções recentes, o crescimento mundial deverá situar-se em torno de 3,3 %, refletindo a resiliência das economias avançadas (+1,7 %), com os Estados Unidos a crescerem cerca de 2,1 %, e uma recuperação gradual da Zona Euro (+1,5 %), bem como um dinamismo ainda significativo das economias emergentes e em desenvolvimento (+4,4 %), com destaque para a China (+5,0 %) e a Índia (+7,5 %). A inflação global deverá continuar a desacelerar, recuando para perto de 4,1 %, o que permitirá aos principais bancos centrais, designadamente a Reserva Federal e o Banco Central Europeu, prosseguirem um ciclo gradual de redução das taxas diretoras, embora mantendo condições financeiras ainda relativamente restritivas. Persistem, contudo, riscos relevantes associados às tensões geopolíticas, ao prolongamento da guerra na Ucrânia, à incerteza no Médio Oriente e à crescente fragmentação do comércio internacional, fatores que continuam a condicionar o investimento e a confiança dos agentes económicos. Portugal deverá manter em 2025 um desempenho económico favorável em comparação com a média da Zona Euro. As projeções apontam para um crescimento do PIB em torno de 1,9 %, acima dos 1,5 % estimados para o conjunto da área do euro. Este dinamismo continuará a ser suportado pelo setor dos serviços, em particular o turismo, e pelo investimento público e privado associado à execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e de outros fundos europeus. A inflação deverá recuar para valores próximos de 2,3 %, contribuindo para algum alívio nos orçamentos das famílias e das empresas. O mercado de trabalho deverá permanecer robusto, com a taxa de desemprego em torno de 6 %, ainda em níveis historicamente baixos. Não obstante, subsistem constrangimentos estruturais, nomeadamente a escassez de mão de obra qualificada, a pressão sobre os salários em vários setores e a manutenção de preços da habitação em níveis elevados.

No que respeita ao setor da construção em Portugal, assistiu-se em 2025, à continuação do crescimento da atividade (+4,1%), suportado sobretudo pela engenharia civil (+5,5%) e pelo avanço da execução dos projetos financiados pelo PRR. A engenharia civil deverá beneficiar de um reforço do investimento em infraestruturas de transportes, energia, ambiente e habitação acessível, traduzindo-se num aumento significativo da produção. Na vertente da habitação nova, verificou-se a manutenção de uma dinâmica positiva, com um acréscimo relevante das licenças de construção (+20,1%), ainda que num contexto de custos de construção elevados e condições financeiras que, embora em melhoria face aos picos de taxas de juro, continuam exigentes para promotores e compradores.

Principais indicadores da atividade em 2025

A empresa registou em 2025 um valor de vendas e prestação de serviços de 118,2 M€, dos quais 13,0 M€ no mercado externo (11% do total).

Volume de Negócios	2025	2024	Var.
Nacional	105.1	89.5	17.5%
Exportação (Sucursais)	13.0	39.4	-66.9%
Moçambique	10.2	11.9	-13.9%
Zâmbia	0.1	0.7	-88.7%
Gana	2.4	26.3	-90.7%
Honduras	0.3	0.5	-32.4%
El Salvador	0.0	0.0	---
Total	**118.2**	**128.8**	**-8.3%**

Figures in millions of euros

A atividade em Portugal teve um aumento em 2025 face a 2024 em 17,5%, sendo os principais contributos as obras de construção civil (Residência Universitária de Lisboa, Hotel Moov Matosinhos, Unidade Industrial da Vizelpas e a Quinta do Loureiro em Cascais) e obras de infraestruturas rodoviárias (Variante Nascente de Évora, Variante de Olhão e a Variante à EN14).

No ano de 2025 verificou-se uma forte redução da atividade internacional (-67%), com principal destaque para a conclusão da obra do Gana. No mercado de Moçambique, está em curso uma obra de construções civil (Banco de Moçambique) e ao longo do ano de 2025 não poi possível o arranque em pleno da obra da CCSJV (LNG – Área 1), o que só deverá ocorrer no primeiro semestre de 2026.

Recursos humanos

O número médio de trabalhadores em 2025, de 396 em Portugal, 115 em Moçambique, 28 na Zâmbia e 37 no Gana.

É preocupação da empresa que a todos eles sejam facultadas ações de formação, reforçando e dotando-os de novas competências, com o objetivo de melhorar continuamente o desempenho e a qualidade do trabalho prestado.

Políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente

A empresa possui políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente perfeitamente definidas e certificadas pela APCER.

Esta é uma inequívoca vontade e orientação da administração da empresa, ciente da sua importância como instrumento do sucesso da nossa organização.

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carater ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 407.139,33 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

Breve análise económica e financeira

Apesar do incremento da atividade no mercado nacional, no ano de 2025 verificou-se uma redução do volume de negócios para 118,2M€. A redução da atividade no mercado internacional contribuiu para uma redução do EBITDA para 10,7M€. Esta redução de resultados, conjugada com uma redução das depreciações e dos resultados financeiros, permitiu atenuar a redução dos resultados líquidos para um valor positivo de 1,9M€.

No que respeita aos rácios mais relevantes da atividade, realçamos a ligeira redução da autonomia financeira para os 24,2%, a redução do rácio de liquidez geral para 1,09 e a redução do rácio Divida Líquida/Ebitda para 2,1 quando comparado com o ano anterior.

Situação perante o Estado e a Segurança Social

A empresa mantém com o Estado e a Segurança Social a situação perfeitamente regularizada.

	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Principais Indicadores financeiros							
Volume de Negócios	118.2	128.9	123.1	104.2	103.8	102.9	131.0
MEP e imparidades	0.3	0.2	1.4	0.2	0.2	0.0	-0.1
EBITDA	10.7	13.4	12.5	7.7	9.1	7.7	9.6
Resultados Financeiros	-4.5	-5.4	-5.3	-3.4	-4.0	2.9	-3.8
Resultado Líquido	1.9	4.0	3.0	0.2	0.4	1.1	2.1
Principais rácios da atividade							
Autonomia Financeira	24.2%	24.8%	22.4%	21.7%	22.1%	23.3%	16.9%
Liquidez Geral	1.094	1.128	1.171	1.195	1.293	1.216	1.151
Dívida Líquida / EBITDA	2.1	3.0	3.0	5.1	2.8	3.8	2.6

1.3 Demonstração de Sustentabilidade

Mensagem do Presidente

"Em 2025, reafirmamos o nosso compromisso com um percurso de crescimento sustentável, íntegro e responsável, que a Gabriel Couto prossegue de forma voluntária e determinada. Num contexto europeu em evolução, marcado também pelo Pacote Omnibus, optámos por ir além do obrigatório, mantendo o alinhamento com as ESRS e alargando o nosso reporte a nível internacional, sempre sustentados pela transparência, ética e confiança que guiam a nossa atuação. Neste caminho, reforçámos também o nosso compromisso através da adesão ao BCSD Portugal e do alinhamento dos nossos eixos estratégicos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Num setor da construção particularmente exigente, as nossas equipas são o reflexo destes princípios e da nossa ambição coletiva. Mantemos a sustentabilidade como um pilar estratégico e uma oportunidade de evolução contínua, que nos desafia a melhorar processos, fortalecer relações de confiança com os nossos stakeholders e gerar um impacto positivo e duradouro nas comunidades onde atuamos."



Carlos Couto
Presidente do Conselho de Administração

Consulte o
Relatório de Sustentabilidade de 2025

1.4 Relato da Atividade em 2025

Para a Gabriel Couto, o ano de 2025 confirmou-se como mais um ano de crescimento da sua atividade em Portugal. O mesmo não se verificou no mercado externo, devido, por um lado, à conclusão da obra no Gana e, por outro lado, ao adiar da retoma da obra do LNG no norte de Moçambique.

As suas principais atividades são desenvolvidas em Portugal e pelas suas sucursais nas áreas da construção civil e das infraestruturas.

Construção Civil

Em Portugal as principais atividades de construção civil foram:

Construção do empreendimento residencial Docks em Matosinhos: O Docks Matosinhos, situado na interseção entre a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco e a Rua Roberto Ivens, é composto por um único edifício com 31 unidades, das quais 14 são T1 e 17 T2. Com áreas que variam entre 53 m² e 114 m2, o edifício inclui estacionamento subterrâneo e um espaço dedicado a serviços, oferecendo uma excelente qualidade de vida numa localização privilegiada. A sua proximidade ao mar e a um grande centro urbano, bem como a excelente rede de transportes e vias de acesso, fazem desta localização uma opção ideal para quem procura o equilíbrio entre a vida citadina e o ambiente costeiro.

Reconstrução do icónico Hotel Garantia em Vila Nova de Famalicão: Estamos empenhados em honrar o legado do edifício e, ao mesmo tempo, impulsioná-lo para um novo capítulo, pois possui um profundo valor sentimental para muitos. A revitalização do Garantia Hotel transcende a mera reabilitação; é uma prova do nosso compromisso em preservar a história e a sua cultura arquitetónica.

A construção do Hotel Moov Matosinhos Sul: Situado na Avenida da República, o empreendimento terá uma área aproximada de 1.776 m2, apresentando um design inovador que engloba 143 quartos e 45 apartamentos T1 e T2 distribuídos por 10 pisos. Este projeto marca a maior unidade hoteleira do prestigiado grupo Endutex.

Edifício Green Plaza – Quinta do Loureiro: mais um empreendimento construído pela Gabriel Couto que promete moldar o horizonte de Carcavelos, Cascais. A prestigiada empreitada de construção do Green Plaza – Quinta do Loureiro, composta por 39 apartamentos, foi-nos adjudicada pela Inspired Orbit. Green Plaza – Quinta do Loureiro é um testemunho da inovação arquitetónica e da vida moderna. A empreitada abrange a execução integral do projeto de Construção de Edifício Residencial.

Construção dos Edifícios 2 e 3, comércio, estacionamento, praça e exteriores, das Residências Universitárias da Universidade de Lisboa: Trata-se da maior residência universitária do país. A obra tem como finalidade dotar a Universidade de residências para os seus estudantes e dentro do próprio perímetro da cidade Universitária podendo desta forma garantir o bem-estar dos estudantes pela maior proximidade das habitações às faculdades. O projeto engloba a construção de um parque de estacionamento com cerca de 490 lugares para automóveis e 39 motociclos. Sobre esse parque desenvolver-se-á uma praça com espaços de lazer e comércio que permitirá oferecer uma nova vivência aos utilizadores do espaço. Os edifícios de residências terão 566 camas distribuídas por 141 quartos no edifício 2 e 228 no edifício 3.

Construção de um novo conjunto habitacional, o Oeiras Golf & Residence: Este empreendimento contará com dois edifícios, cada um com 22 apartamentos de luxo. O projeto apresenta várias tipologias desde T2 a T4, com áreas que variam entre 102 e 196 metros quadrados. Dedicamo-nos a fornecer construção de alta qualidade com atenção aos detalhes e à precisão. Cada etapa da construção deste projeto residencial reflete o nosso compromisso com a excelência, sempre com o foco nas comodidades modernas que melhoram o conforto e a conveniência.

Construção na Quinta do Pinheiro no Porto: Empreendimento Quinta do Pinheiro, no coração do Porto, desenvolvido para o Montepio Geral Associação Mutualista. Com uma área de construção de 22.329 m2, este projeto contará com 117 apartamentos e 192 lugares de estacionamento, atendendo essencialmente ao mercado de arrendamento e respondendo às necessidades habitacionais dos associados do Montepio.

Construção do empreendimento "Villas Terra Calma": Localizado no Carvoeiro - Algarve, consiste num desenvolvimento turístico composto por casas agrupadas em pares. Serão 11 blocos (22 vilas de tipologia T2

com piscina), totalizando cerca de 4.000 m2 de construção, num lote com cerca de 22.000 m2. Neste empreendimento estão previstos edifícios complementares de apoio, nomeadamente Clubhouse, Yoga e Fitness.

Construção da nova fabrica da Vizelpas: A primeira fase da nova unidade industrial da VIZELPAS – Flexible Films está concluída. Com mais de 15.000 m², o projeto confirma a capacidade da Gabriel Couto em cumprir prazos num setor altamente exigente. Qualidade e calendário são uma constante em todos os projetos.

Empreendimento Jardins da Vinha — Trofa: Projeto em arranque com dois edifícios, 76 habitações e sete espaços comerciais, num condomínio fechado com áreas verdes.

Construção das Residências da Cidade Universitária — Lisboa: o empreendimento integra três edifícios de cinco e seis andares, estacionamento subterrâneo com capacidade para 500 veículos, áreas comerciais, e uma ampla praça central com 80×60 metros, concebida como ponto de encontro e vivência no coração do campus.

Em Moçambique as principais atividades de Construção Civil foram:

Empreitada de remodelação no edifício da sucursal do Banco de Moçambique em Xai-Xai: apesar da nossa extensa história em Moçambique, que abrange mais de 20 anos com foco em projetos públicos, que vão desde implementações rodoviárias a pontes, sistemas de drenagem, caminhos-de-ferro e aeroportos, temos o prazer de anunciar um marco significativo. O Banco de Moçambique conferiu-nos a honra e a responsabilidade de executar este projeto de Construção Civil no país, que envolve especificamente o tratamento de diversas patologias na sua filial vital de Xai-Xai. Reconhecendo a natureza exigente deste projeto e o seu prazo 'apertado', abraçámo-lo como um novo desafio e uma oportunidade para toda a nossa família Gabriel Couto mostrar o nosso compromisso, esforço e desempenho incomparáveis. A relevância desta infraestrutura para o Banco de Moçambique sublinha a importância do nosso papel em garantir a sua condição ótima.

Infraestruturas

Em Portugal as principais atividades de Infraestruturas foram:

Terceira fase da variante EN14 que se estende desde o interface rodoferroviário da trofa até santana - Vila Nova de Famalicão: Esta nova ligação entre os municípios da Trofa e de Vila Nova de Famalicão, através da construção de uma Nova Ponte sobre o Rio Ave permite ainda a melhoria das acessibilidades ao Hospital da Trofa e à Estação de Caminhos de ferro e a aproximação do tecido industrial envolvente ao centro habitacional e comercial da Trofa. O projeto, avaliado em 17 milhões de euros, assinala uma conquista significativa para a Gabriel Couto e assume especial importância por ser mais uma iniciativa do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Alinhado com o plano mais amplo de melhoria das acessibilidades rodoviárias às zonas empresariais, dando continuidade à 2.ª fase do projeto EN14, Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da Trofa, em curso. A segunda fase da Variante EN14, com uma extensão aproximada de 10 km, apresenta um perfil transversal com faixas 1×1. O projeto engloba um vasto conjunto de obras de arte, das quais se destacam 5 obras de arte especiais (Ponte sobre o Rio Trofa e 4 Viadutos) com extensão total de 2 000 m e ainda 2 Passagens Inferiores/Agrícolas e 3 Passagens Superiores. Foram aplicadas tecnologias de ponta do tipo "Vigas de Lançamento" na construção de viadutos e pontes, atestando o nosso compromisso com a inovação. Para a GABRIEL COUTO, estes contratos exemplificam a nossa capacidade de realizar projetos de grande escala, exigentes e tecnicamente complexos.

IP2 – Construção da variante nascente de Évora: A intervenção visa a construção de uma nova ligação rodoviária alternativa ao atual troço do IP2, com início no Nó de Évora Nascente da A6/IP7, imediatamente após a praça de portagem, e termina na conexão com o atual IP2, em S. Manços. A Variante terá 12,8 quilómetros de extensão com dupla faixa de rodagem e ao longo do traçado serão construídos restabelecimentos desnivelados para a interligação com a rede existente. Está prevista também a construção de oito Passagens Superiores, duas das quais sobre linhas de caminho de ferro.

EN125 – Variante a Olhão: Este projeto, que se estende por cerca de 6 km, visa melhorar o fluxo de tráfego e as condições de segurança, desviando-o do centro da cidade. Ao focar a eficiência da circulação e a segurança rodoviária, esta iniciativa está alinhada com o nosso compromisso de criar infraestruturas que beneficiem as pessoas e o ambiente.

No Gana as principais atividades de Infraestruturas foram:

Projeto e reconstrução da infraestrutura rodoviária Tarkwa-Agona-Nkwanta no Gana: a nossa equipa de engenheiros altamente qualificados e trabalhadores de construção dedicados tem trabalhado diligentemente para dar nova vida à infraestrutura rodoviária, de 66 km, na região de Tarkwa-Agona- Nkwanta. O seu empenho e trabalho árduo são evidentes nos progressos substanciais alcançados até agora. O projeto vai além da mera construção; é um esforço abrangente para melhorar toda a infraestrutura rodoviária. Empregamos tecnologia de ponta e métodos de construção inovadores para garantir que a estrada resista ao teste do tempo. Os recursos de segurança estão sendo integrados e a sustentabilidade está na vanguarda dos nossos esforços. Secções críticas da estrada foram reconstruídas com sucesso, contribuindo para melhorar a conectividade e a acessibilidade na região. À medida que avançamos, o nosso foco continua a ser alcançar mais marcos que beneficiarão diretamente as comunidades locais. Não se trata apenas de construir estradas; trata-se de transformar vidas. A infraestrutura rodoviária melhorada facilitará um transporte mais fluido, abrindo caminhos para o crescimento económico e um melhor acesso a serviços essenciais. Estamos empenhados em impactar positivamente a vida das pessoas na região de Tarkwa-Agona-Nkwanta.

O envolvimento da comunidade tem sido um aspeto fundamental da nossa abordagem. Acreditamos no poder da colaboração e, ao longo deste projeto, procurámos ativamente obter feedback das comunidades locais. À medida que avançamos na estrada, estamos confiantes de que este projeto será um testemunho do que pode ser alcançado através da dedicação, inovação e uma visão partilhada para um futuro melhor.

Em Moçambique as principais atividades de Infraestruturas foram:

Projeto de construção das infraestruturas preliminares para o Empreendimento Global da Area 1 – TOTAL (LNG) na Província de Cabo Delgado: Este empreendimento iniciou-se como Anadarko Mozambique Area 1 Limitada (AMA 1), uma subsidiária da Anadarko Petroleum Corporation, sendo que atualmente os direitos de concessão foram trespassados para a empresa Francesa TOTAL. A construção do empreendimento com um custo global aproximado de $8000 milhões (USD) sendo o Consórcio Internacional CCS JV (Chicago Bridge & Iron dos Estados Unidos, Chiyoda Corporation do Japão e Saipem de Itália.) a entidade responsável pela construção global do empreendimento. O Consórcio CCS JV adjudicou à Gabriel Couto o projeto - Site Preparation and Earthworks, em 2/12/2019 no valor de $57.000.000,0 (USD) a construção das infraestruturas preliminares para o Empreendimento Global da Area 1 - TOTAL, materializando-se na construção da rede rodoviária principal de acessibilidades e plataformas logísticas. Este projeto foi suspenso em 2021 por razões de segurança, sendo previsível que o mesmo seja retomado em pleno no 1º semestre de 2026.

1.5 Factos Relevantes Ocorridos após a Conclusão do Período

Não temos conhecimento de qualquer facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, que tenha ocorrido no período entre o final deste e a presente data.

1.6 Perspetivas para o Ano 2026

Em 2026, o PIB mundial deverá crescer cerca de 3,3%, em linha com o ritmo observado nos dois anos anteriores, refletindo a manutenção de um crescimento moderado. As economias avançadas deverão expandir-se cerca de 1,9%, com destaque para os Estados Unidos, que deverão acelerar para 2,6%, enquanto a Zona Euro crescerá em torno de 1,3%. As economias emergentes e em desenvolvimento continuarão a ser o principal motor da atividade global, com um crescimento previsto de 4,2%, impulsionado sobretudo pela China (4,5%) e pela Índia (6,6%). A inflação global deverá prosseguir a trajetória de desaceleração, situando-se em torno de 3,9%, com a inflação nas economias desenvolvidas a recuar para valores próximos de 2,2%. Os principais riscos deslocam-se para a persistência de tensões geopolíticas — em particular o prolongamento da guerra na Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente —, para a crescente fragmentação do comércio internacional e para fenómenos climáticos extremos que podem pressionar os preços dos bens alimentares e aumentar a volatilidade dos mercados.

Para Portugal, as projeções apontam para um crescimento do PIB de cerca de 2,1% em 2026, mantendo um desempenho acima da média da Zona Euro. Este crescimento continuará a ser suportado por uma procura interna robusta, pelo dinamismo do setor dos serviços, com especial destaque para o turismo, e pela execução dos investimentos públicos e privados associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a outros fundos europeus. A inflação deverá recuar para aproximadamente 2,1%, consolidando a convergência para a meta de estabilidade de preços na área do euro, enquanto a taxa de desemprego deverá descer para perto de 5,9%, beneficiando da criação líquida de emprego nos serviços e na construção.

Segundo a AICCOPN, a produção na construção deverá acelerar 4,4% em 2026, liderada pela engenharia civil com um crescimento previsto de 5,5%, para o qual deverá contribuir a ferrovia (Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa).

A perspetiva da empresa para o futuro próximo, em especial para o ano de 2026, assenta na sua carteira de encomendas.

A carteira ascende a cerca de 438,2 milhões de euros com uma implementação em dois continentes, como resultado de uma estratégia de diversificação dos mercados de internacionalização.

Carteira de Obra	31.12.2025
Nacional	368,9
Exportação	69,3
Moçambique	29,4
Angola	39,9
Total	**438,2**

Valores em M€

A atividade de construção civil é a principal atividade com 127,2 milhões de euros, enquanto a atividade de vias e infraestruturas atinge cerca de 311 milhões de euros. Para este valor muito contribui o Lote A do comboio de alta velocidade em Portugal (237M€) e a empreitada de infraestrutura rodoviária em Angola (39,9M€).

Nos primeiros meses de 2026, importantes obras foram-nos adjudicadas e terão um impacto relevante durante esse ano: Endutex (Hotel Moov Braga), uma Residência Universitária no Porto (Andy – 390 quartos) e outra em Almada (Starbust – 299 quartos).

1.7 Outras Informações Relevantes

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional.
No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Zâmbia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Cabo Verde
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Moçambique
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Honduras
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em El Salvador
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Gana

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.
A entidade é detentora de ações próprias, no montante de 500.000,00€.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

1.8 Gestão do Risco

A Gabriel Couto considera que os fatores de risco que a seguir são identificados são os mais relevantes, pelo que a sua ocorrência poderá ter impactos na sua atividade, na evolução dos seus negócios, nos seus resultados operacionais, na sua situação financeira, nos seus proveitos, no seu património e/ou na sua liquidez, bem como nas perspetivas futuras da Gabriel Couto ou na sua capacidade de atingir os objetivos visados.

Riscos relacionados com a estratégia empresarial

A Gabriel Couto está exposta a riscos específicos do setor e mercados em que atua e tem a sua operação centrada na área de negócio da engenharia e construção, e atuação na Europa, América Central e África, pelo que o cumprimento das obrigações por si assumidas está sujeita a riscos específicos de cada região (por exemplo, riscos associados à cadeia de abastecimento e logística de fornecimentos em certos mercados onde está presente).

A sua estratégia empresarial está assente na diversificação, como forma de mitigar o impacto dos riscos específicos. Assim, foram definidos como principais vetores:

- Diversificação de serviço - considera-se relevante manter uma carteira diversificada:
  - Construção Civil
  - Infraestruturas
  - Reabilitação e Recuperação
- Diversificação geográfica – procura de oportunidades em novos países:
  - Portugal
  - África
  - América Central
- Diversificação de clientes – redução do risco de dependência:
  - Clientes Privados
  - Utilities
  - Setor Público

Riscos relacionados com as alterações políticas, sociais, económicas e financeiras, a nível regional e global

A forte presença em países africanos e centro americanos, alguns marcados por instabilidade política e social, bem como o peso relativo de certos mercados emergentes e das carteiras destas regiões no total da carteira da Gabriel Couto, expõem-na à ocorrência de riscos de natureza conjuntural, política, social, económica e financeira, aferidos sob diferentes dimensões relativamente a cada mercado no qual as sucursais da Gabriel Couto atuam. Em alguns dos países onde a empresa tem atividade poderão ocorrer focos de instabilidade que poderão ter repercussão na evolução do processo de produção. Acrescem os riscos associados às doenças infeciosas, como o caso de pandemias, que podem ter impacto na atividade da empresa e das suas sucursais internacionais. Estes riscos são mitigados através de uma política de sensibilização para as boas práticas em termos de desinfeção, para a identificação dos casos de infeção e para o respetivo isolamento.

Riscos Taxa de Câmbio

A exposição da Gabriel Couto ao risco cambial resulta da presença de várias Sucursais em diversos mercados. A Gabriel Couto está exposta ao risco de taxa de câmbio, nomeadamente moedas como o Dólar Americano, o Metical Moçambicano, o Kwacha Zambiano, Lempiras Hondurenhas, Cedi Ganês. Este risco, na Gabriel Couto, sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação - risco relativo aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos financeiros registados na demonstração da posição financeira, em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria. Este risco tem sido mitigado pela utilização do Euro e do Dólar Americano como as moedas de contrato;

- Risco de translação - riscos relativos a flutuações no valor do capital investido nas sucursais estrangeiras da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A., devido a alterações de taxas de câmbio.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da Gabriel Couto, maioritariamente denominada em euros.

Não obstante a implementação de uma política de gestão de risco de taxa de juro, a Gabriel Couto não pode antever a evolução das taxas de juro e o seu impacto. Em conformidade, se as taxas de juro aumentarem mais que o esperado ou se as condições de obtenção de novos financiamentos forem mais onerosas, tal poderá afetar negativamente os negócios da Entidade Emitente e/ou os resultados das suas atividades. Estes riscos têm sido mitigados pelo aumento da componente de financiamento a taxa fixa, nomeadamente, nos contratos de locação financeira.

Risco de crédito

A Gabriel Couto está sujeita a risco de crédito, de natureza operacional e de tesouraria e prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenvolvimento normal das suas diversas atividades, merecendo especial atenção as atividades de prestação de serviços em África e na América Central. Estes riscos têm sido mitigados:

- Pela obtenção de contratos de empreitada com financiamento assegurado pelos principais Bancos Multilaterais (BEI, BCIE, JICA, BAD, MCC, entre outros), bem como, por bancos comerciais internacionais;
- Pela contratação de seguros de crédito com garantia do estado Português para as obras internacionais.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade das empresas da Gabriel Couto para liquidar ou cumprir as suas obrigações no prazo estipulado. Um dos indicadores relevantes para aferir deste risco é o rácio de liquidez, que os últimos anos tem apresentados valores confortáveis.

Como forma de mitigação deste risco tem definida como política, e sempre que possível, que os recebimentos relativos a contratos de empreitada internacionais sejam realizados diretamente em Portugal.

1.9 Agradecimentos

A todos os Colaboradores da empresa, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras que connosco têm colaborado, agradecemos o seu esforço e colaboração, pois estamos certos que sem o seu concurso as dificuldades seriam maiores e o desempenho de menor qualidade.

Aos restantes Órgãos Sociais, bem como ao Revisor Oficial de Contas, os nossos agradecimentos por todo o empenho dispensado à empresa, o que muito nos apraz registar.

1.10 Proposta de Aplicação de Resultados

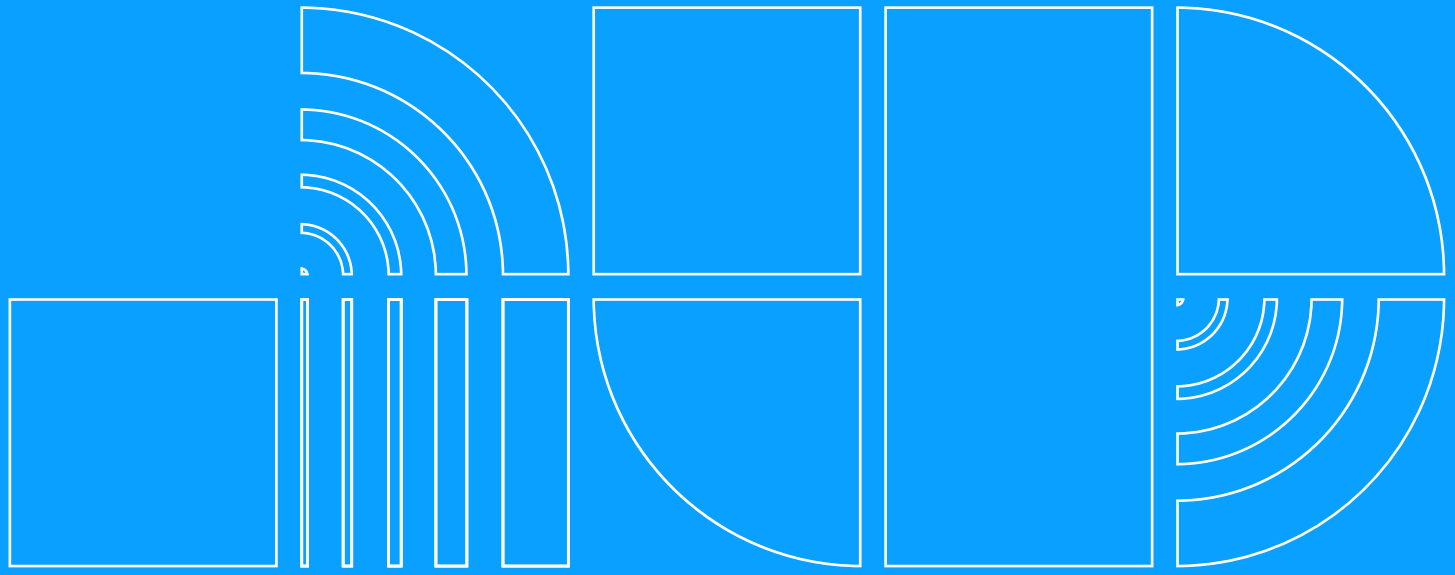
Nos termos legais e estatutários, propõe-se que o resultado líquido de 2025, no valor de 1 925 252,47 Euros seja aplicado em Resultados Transitados.

Tal como tem sido política da empresa, não se procederá à distribuição de dividendos aos acionistas a fim de consolidar os Capitais Próprios da empresa.

Vila Nova de Famalicão, 29 de Junho de 2026

O Conselho de Administração,

2.Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração



Participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital de Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, discrimina-se a seguir o número de ações que cada titular declarou possuir à data de 31 de Dezembro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Carlos Alberto Freitas Couto (Presidente do Cons. Administração)

108 932 ações

Maria da Conceição Chaves Veloso Rito Freitas Couto

68 932 ações

António Gabriel Freitas Couto (Vogal do Conselho Administração)

108 932 ações

Isabel Maria Columbano Pereira da Silva

68 932 ações

Avelino Jorge da Silva Oliveira (Vogal do Cons. Administração)

68 932 ações

Maria Helena Freitas Couto

108 932 ações

CONSELHO FISCAL:

Os membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, não detêm ações da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.:

Presidente:

José Luis Pinto de Azevedo

Vogal:

Domingos Alberto Pinto da Silva Gomes

Mario Virgílio Veloso Antunes

Suplente:

Rui Manuel Vieira Cardoso

REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

Os Revisores Oficiais de Contas, abaixo identificados, não detêm ações da Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.:

Efetivo:

ACM - Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, SROC, Lda., representada por João Carlos do Sul Ribeiro

Suplente:

António Serra Cruz

Nenhum outro membro dos órgãos de Administração ou Fiscalização declarou possuir, ou ter possuído durante o ano de 2025, ações ou obrigações de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.

Vila Nova de Famalicão, 29 de Junho de 2026

O Conselho de Administração

3. Informação Financeira

3.1 Demonstrações Financeiras 26

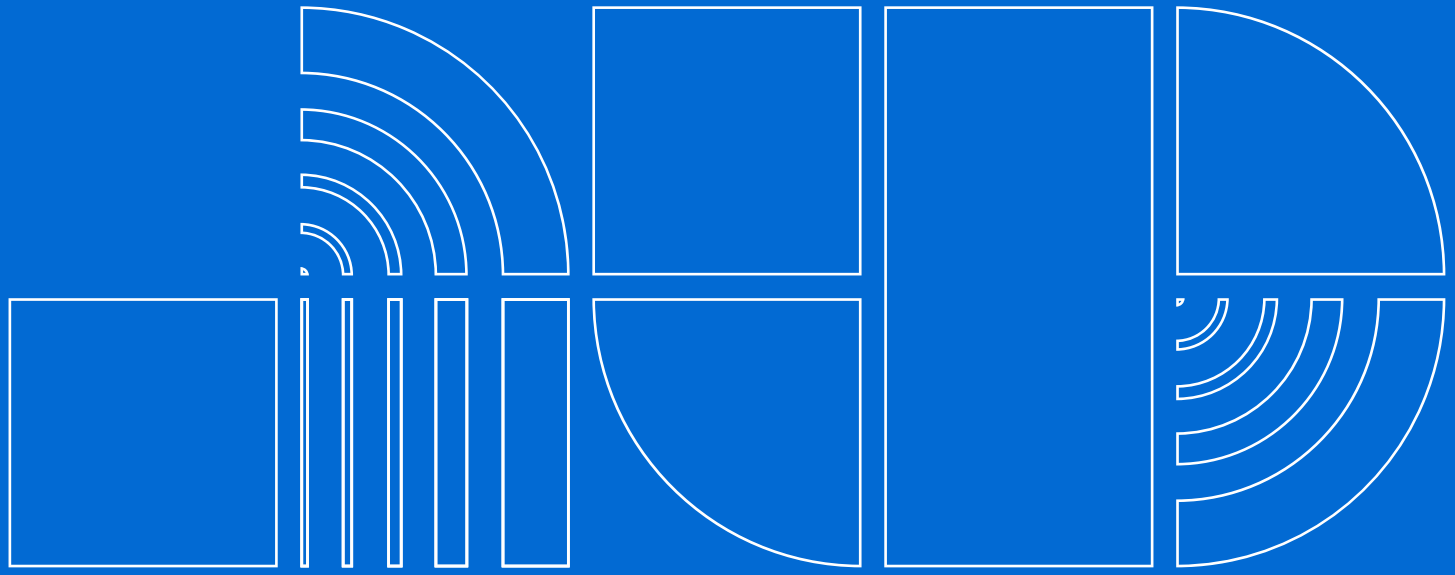
3.1.1 Balanço 26

3.1.2 Demonstração dos resultados 30

3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa 32

3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio 35

3.2 Anexo 37



3.1 Demonstrações Financeiras

3.1.1 Balanço

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1,8	33 675 163,39	39 886 007,90
Propriedades de investimento	3.2.3,10	169 638,66	169 638,66
Ativos intangíveis	3.2.2,7	--	--
Participações financeiras – método equival. patrimonial	3.2.5, 15	972 210,52	776 350,57
Outros investimentos financeiros	3.2.8, 15	2 999 174,67	250 702,31
Ativos por impostos diferidos	3.2.15, 21	988 297,65	1 107 325,84
		38 804 484,89	42 200 025,28

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Activo corrente			
Inventários	3.2.9, 16	3 525 789,89	2 860 174,73
Clientes	3.2.10, 23.1	34 459 481,42	45 377 137,03
Adiantamentos a fornecedores	23.1	42 133,59	752 856,89
Estado e outros entes públicos	3.2.15, 23.1	4 530 795,22	4 300 728,23
Outros créditos a receber	3.2.10, 3.2.17, 23.1	36 282 195,62	35 050 229,28
Diferimentos	23.1	1 282 397,25	1 227 916,58
Outros ativos financeiros	23.1	68 929,16	100 706,76
Ativos não correntes detidos para venda	3.2.4, 9	236 330,40	47 196,00
Caixa e depósitos bancários	3.2.12, 4	14 091 141,45	5 770 357,49
		94 519 194,00	95 487 302,99
Total do activo		133 323 678,89	137 687 328,27

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	25	5 000 000,00	5 000 000,00
Acções (quotas) próprias	25	(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais	25	1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas	25	10 674 001,94	10 674 001,94
Resultados transitados	25	16 922 703,73	13 139 505,46
Excedentes de revalorização	3.2.1, 8.2, 25	16 442 599,07	20 046 368,84
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	25	(19 185 667,08)	(19 185 991,25)
		30 353 617,66	30 173 884,99
Resultado líquido do período		1 925 252,47	4 027 940,63
Total do capital próprio		32 278 870,13	34 201 825,62

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	3.2.14, 19	47 004,55	99 451,13
Financiamentos obtidos	3.2.5, 3.2.13, 23.2	9 112 543,78	11 056 616,83
Passivos por impostos diferidos	3.2.15, 8.2, 21	3 646 166,23	4 508 582,12
Outras dívidas a pagar	3.2.11, 23.2	1 833 547,40	3 140 523,01
		14 639 261,96	18 805 173,09
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.11, 23.2	45 670 290,22	37 074 779,50
Adiantamentos de clientes	3.2.10, 23.2	7 232 293,01	4 870 560,07
Estado e outros entes públicos	3.2.15, 23.2	1 301 017,34	1 517 604,66
Financiamentos obtidos	3.2.5, 3.2.13, 23.2	27 208 293,37	35 312 624,66
Outras dívidas a pagar	3.2.11, 23.2	4 978 529,55	4 605 972,04
Diferimentos	3.2.17, 23.2	15 123,31	1 298 788,63
		86 405 546,80	84 680 329,56
Total do passsivo		101 044 808,76	103 485 502,65
Total do capital próprio e do passivo		133 323 678,89	137 687 328,27

3.1.2 Demonstração dos resultados

Demonstração Individual de Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	3.2.16, 3.2.17, 17, 18	118 177 055,84	128 852 024,22
Subsídio à exploração	--	7 381,73	10 120,29
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3.2.6, 3.2.7, 26	308 588,81	215 376,63
Variação nos inventários da produção	3.2.9, 16.2	686 766,48	1 001 778,44
Trabalhos para a própria entidade	3.2.1, 8.1	596 774,54	503 532,92
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.9, 16.1	(25 118 605,07)	(36 094 146,87)
Fornecimentos e serviços externos	27	(66 621 742,76)	(63 202 036,19)
Gastos com o Pessoal	28	(18 985 984,69)	(20 172 317,50)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	--	--
Provisões (aumentos / reduções)	3.2.14, 19	56 198,42	(42 868,30)
Aumentos / reduções de justo valor	23.1	--	(39 861,84)
Outros rendimentos	29	6 560 437,28	6 903 565,29
Outros gastos	29	(4 973 223,34)	(4 524 883,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10 693 647,24	13 410 283,36

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 8	(3 255 570,87)	(3 687 342,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**7 438 076,37**	**9 722 941,11**
Juros e rendimentos similares obtidos		--	--
Juros e gastos similares suportados	30	(4 476 906,50)	(5 379 293,50)
Resultado antes de impostos		**2 961 169,87**	**4 343 647,61**
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.15, 21	(1 035 917,40)	(315 706,98)
Resultado líquido do exercício		**1 925 252,47**	**4 027 940,63**
Resultado por ação básico		**1,93**	**4,03**

3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do Período findo em 31 de Dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo			
Recebimentos de Clientes		129 094 711,45	125 127 440,14
Pagamentos Fornecedores		(83 144 837,11)	(101 718 545,35)
Pagamentos ao pessoal		(14 714 954,27)	(15 925 010,74)
Caixa gerada pelas operações		**31 234 920,07**	**7 483 884,05**
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		--	--
Outros recebimentos / pagamentos		(13 878 852,37)	(3 413 442,09)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**17 356 067,70**	**4 070 441,96**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 020 779,87)	(3 073 079,85)
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		8 283 763,59	1 478 017,54
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--
Subsídios ao investimento		--	--
Juros e rendimentos similares		169 066,26	93 416,13
Dividendos		57 977,12	82 455,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		5 490 027,10	(1 419 191,06)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		106 836 258,77	149 908 875,59
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Cobertura de prejuízos		--	--
Doações		--	--
Outras operações de financiamento		--	--
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(116 884 663,11)	(149 829 641,72)
Juros e gastos similares		(4 476 906,50)	(5 379 293,50)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Outras operações de financiamento		--	--
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**(14 525 310,84)**	**(5 300 059,63)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**8 320 783,96**	**(2 648 808,73)**
Efeito das variações de câmbio		--	--
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 770 357,49	8 419 166,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	14 091 141,45	5 770 357,49

3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período 2024

RUBRICAS	Notas	Capital Próprio atribuidos aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	10 674 001,94	12 797 795,01	(19 349 097,99)	17 771 521,36	--	2 998 208,64	30 392 428,96	--	30 392 428,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	2 274 847,48	--	--	2 274 847,48	--	2 274 847,48
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	--	--	341 710,45	163 106,74	--	--	(2 998 208,64)	(2 493 391,45)	--	(2 493 391,45)
Total das alterações	2		--	--	--	--	--	341 710,45	163 106,74	2 274 847,48	--	(2 998 208,64)	(218 543,97)	--	(218 543,97)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3												4 027 940,63	4 027 940,63	--	4 027 940,63
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3												1 029 731,99	1 029 731,99	--	1 029 731,99
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total das operações	5		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	10 674 001,94	13 139 505,46	(19 185 991,25)	20 046 368,84	--	4 027 940,63	34 201 825,62	--	34 201 825,62

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no Período 2025

RUBRICAS	Notas	Capital Próprio atribuidos aos detentores do capital da empressa-mãe										
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em s financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	1	5 000 000,00	(500 000,00)	1 000 000,00	10 674 001,94	13 139 505,46	(19 185 991,25)	20 046 368,84	4 027 940,63	34 201 825,62	--	34 201 825,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	(3 603 769,77)	--	(3 603 769,77)	--	--
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	3 783 198,27	304,17		(4 027 940,63)	(244 438,19)	--	(244 438,19)
Total das alterações	2	--	--	--	--	3 783 198,27	304,17	(3 603 769,77)	(4 027 940,63)	(3 848 207,96)	--	(3 848 207,96)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	--	--	--	--	--	--	--	1 925 252,47	1 925 252,47	--	1 925 252,47
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	--	--	--	--	--	--	--	(2 102 688,16)	(2 102 688,16)	--	(2 102 688,16)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO:												
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total das alterações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	1 000 000,00	10 674 001,94	16 922 703,73	(19 185 687,08)	16 442 599,07	1 925 252,47	32 278 870,13	--	32 278 870,13

3.2 Anexo

(Montantes expressos em Euros)

1. Identificação da Entidade e período de relato

Designação da Entidade: Construções Gabriel A. S. Couto, SA

Sede: Rua S. João de Pedra Leital, 1000 – 4770 -464 Vila Nova de Famalicão

Natureza da atividade: Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.

Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 2024

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Zâmbia
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Cabo Verde
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Moçambique
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Honduras
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em El Salvador
Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Gana

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) aplicáveis.

Tal como previsto no parágrafo 1.4 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (republicado pelo Decreto-Lei n.º98/2015, de 2 de junho), sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada:

- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo dosupletivamente e pela ordem indicada:

- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do , do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos compars, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2025.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecida sem "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões oudeclarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

A Empresa integra todos os movimentos de sucursais eliminando as operações internas e, caso existam, os resultados derivados dos mesmos.

Compensação

Os s e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Comparabilidade

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os s fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo revalorizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções 10 a 50
Equipamento básico 3 a 15
Equipamento de transporte 4 a 10
Equipamento administr 4 a 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os s fixos tangíveis em curso representam s ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes s fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os s subjacentes estejam

concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de s fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Todos os trabalhos que a empresa realize para si mesma, sob sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinem aos seus s fixos tangíveis, são reconhecidos como ganho do período na rubrica "Trabalhos para a própria entidade".

3.2.2 Ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, encontrando-se totalmente amortizado.

3.2.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrs, ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, são registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente despesas de condomínio e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.2.4 Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize no período de doze meses.

Os Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre respetivo valor contabilístico ou o seu justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

Os Ativos não correntes detidos para venda são mensurados, com base nos pressupostos presentes no primeiro parágrafo da NCRF 8, pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor deduzido dos custos associados à venda, bem como merecem distinção da sua apresentação no balanço.

3.2.5 Locações

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados na rubrica de gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são registados pelo seu valor no ativo e a correspondente responsabilidade no passivo.

As depreciações destes bens foram efetuadas de acordo com o referido no ponto 3.2.1, e registadas em gastos de depreciação do período.

A parte de capital incluída nas rendas pagas é deduzida ao montante da responsabilidade registada no passivo, sendo os juros aí incluídos contabilizados como gastos de financiamento do período.

3.2.6 Participações Financeiras Método Equivalência Patrimonial

Os investimentos em associadas e subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e subsidiárias quando existem indícios de que o possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica.

Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão à exceção do Goodwill.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo posteriormente, e no final de cada período ajustados no seu valor pela utilização do método da equivalência patrimonial.

3.2.7 Entidades conjuntamente controladas (ACE'S)

As entidades conjuntamente controladas são integradas melo método proporcional, conforme previsto nos parágrafos 29, a) e 31 da NCRF 13.

3.2.8 Outros Investimentos Financeiros

As compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas nas datas da transação. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

É feita uma avaliação quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto na conta de resultados as perdas de imparidade quando se demonstrem existir.

3.2.9 Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O método de custeio utilizado na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

Os produtos acabados e semi-acabados e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao menor do custo de produção ou do valor realizável líquido.

Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. O método de custeio é o custo médio.

São registados ajustamentos por imparidade de inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de estes serem inferiores ao custo.

3.2.10 Clientes e as Outras contas a receber

As dívidas de "Clientes" e as "Outras contas a receber" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobrança, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

3.2.11 Fornecedores e Outras dividas a pagar

As dívidas a Fornecedores e a Outras dividas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que usualmente não vencem juros.

3.2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

3.2.13 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Os encargos financeiros com juros e encargos similares são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização do exercício.

3.2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a empresa tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.2.15 Impostos sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC, à taxa de 20%, incidente sobre a matéria coletável. Caso apure lucro tributável no exercício, fica ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente. Está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88º do Código do IRC.

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a países onde a Empresa exerce a sua atividade através de Sucursais/Estabelecimentos Estáveis, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os dez anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2025.

3.2.16 Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativas da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos com as transações fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros inerentes à sua concretização, pelo em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser

fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente de juros, royalties e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Empresa e o respetivo montante possa ser valorizado e mensurado com fiabilidade. O rédito referente aos juros deve ser reconhecido utilizando o método do juro efetivo, o rédito relacionado com royalties deve ser reconhecido segundo o regime do acréscimo e de acordo com a substância do seu contrato e, por fim, o rédito dos dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento.

3.2.17 Contratos de Construção

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas "27218/9 – Contratos de Construção" ou "2821 - Obras % acabamento", incluídas nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Diferimentos".

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

São constituídas provisões para contratos onerosos quando for provável que os gastos totais do contrato excedam o rédito total do mesmo. A correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto. A quantia de tal perda é determinada independentemente: (i) de ter ou não começado o trabalho do contrato, (ii) da fase de acabamento da atividade do contrato, ou (iii) da quantia de lucros que se espere que surjam noutros contratos que não sejam tratados como um contrato de construção único.

3.2.18 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.19 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.20 Imparidade

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidades dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não estivesse registada em exercícios anteriores.

3.2.21 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em rendimentos e gastos de financiamento do período em que são geradas.

3.2.22 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

Nas demonstrações financeiras estão incluídos elementos com origem em diferentes moedas funcionais, de acordo com a moeda do ambiente económico em que a Empresa opera.

Transações e saldos

As transações em moeda diferente do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.
Os rendimentos e gastos associados realizados no período, bem como os potenciais, são reconhecidos na Demonstração dos resultados.

Unidade operacional estrangeira e subsidiárias com moeda de relato diferente do euro

As demonstrações financeiras das unidades operacionais estrangeiras e subsidiárias com moeda de relato diferente do euro que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidas para a moeda de apresentação como se segue:

- Os ativos e passivos de cada Balanço são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;

3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos egastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber,

inventários, investimentos financeiros, ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
iii) contratos de construção;
iv) provisões;
v) acréscimos e diferimentos; e
vi) avaliação de recuperabilidade de impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilístico da Empresa, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Valores em euros

Rubrica	31.12.2025	31.12.2024
Numerário	12 491,32	15 816,36
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5 426 396,27	1 989 660,95
Depósitos a prazo	8 652 253,86	3 764 880,18
Caixas e seus equivalentes	14 091 141,45	5 770 357,49

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

6. Partes relacionadas

6.1. Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram os seguintes:

Valores em euros

Rubrica	2025	2024
Benefícios de curto prazo		
Conselho de Administração	364 421,90	356 427,81
Órgão de Fiscalização	21 495,78	20 400,00
TOTAL	385 917,68	376 827,81

Não existem remunerações a qualquer dos administradores desta empresa, advindas de qualquer das entidades havidas como partes relacionadas

6.2. Saldos e transações com partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Durante o exercício de 2025 e 2024 os saldos e as transações entre as partes relacionadas e a entidade foram as seguintes:

Valores em euros

	2025			31.12.2025			
Empresa	Compras/Serviços	Vendas	Outros Movimentos	Saldos Clientes	Saldos Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Participadas							
Comasa			-25 628,50	14 228,66			
Abrical			137,11		186 078,73	0,00	
Socojol				503 953,76			
Mopre							
ParqF			177,12			61 498,77	
Gabriel Couto Moçambique							
Gabriel Couto Angola			2 535 334,32	1 333 752,38		4 653 028,70	
Lusolav						81 312,72	
Lusolav III						6 660,00	
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Vias, ACE			-1 374,74			0,00	
CEGA, ACE			-228 196,03	0,00		0,00	
ACA GASC, ACE							0,00
Amândio Carvalho e Gabriel Couto, ACE							
FGA, ACE			-5 250,77	0,00			
Outras partes relacionadas							
Pontalta		1 848 535,14		9 338 359,68			
Five, SA		2 432 847,63		248 708,54		14 321,36	
Gabriel Couto SGPS						1 276 993,93	
AGE						268,25	

Em 2025 foi registado um empréstimo concedido à entidade relacionada Gabriel Couto Angola, no montante de 2.739.946,51€.

Valores em euros

	2024			31.12.2024			
Empresa	Compras/Serviços	Vendas	Outros Movimentos	Saldos Clientes	Saldos Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Participadas							
Comasa			5 122,66	39 857,16			
Abrical			217,11		-186 295,84	80,00	
Socojol				503 953,76			
Mopre							
ParqF	177,12						177,12
Gabriel Couto Moçambique							
Gabriel Couto Angola			553 356,19	3 629 698,95		1 494 665,52	
Lusolav						81 312,72	
Lusolav III							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Vias, ACE						1 374,74	
CEGA, ACE				193 163,06		35 032,97	
ACA GASC, ACE							
Amândio Carvalho e Gabriel Couto, ACE							
FGA, ACE			-139 832,52	5 250,77			
Outras partes relacionadas							
Pontalta	-2 238,42		-152 455,49	11 090 176,06			
Five, SA		2 300 681,88	-1 177 667,59	226 649,82		14 321,36	
Gabriel Couto SGPS			2 413,89			1 265 313,15	
AGE						268,25	

7. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Valores em euros

Ano 2024	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / transferência	Dif câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**478 853,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**478 853,89**
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
TOTAL	**478 853,89**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**478 853,89**
Valor Líquido	**0,00**				**0,00**

Valores em euros

Ano 2025	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / transferência	Dif câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
TOTAL	478 853,89	0,00	0,00	0,00	478 853,89
Valor Líquido	**0,00**				**0,00**

8. Ativos fixos tangíveis

8.1. Valores brutos e depreciações acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

Ano 2024						
Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / transferência	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	643 927,11	0,00	0,00	1 847,99	0,00	645 775,10
Edifícios e outras construções	6 196 251,65	0,00	0,00	49 877,03	111 427,58	6 357 556,26
Equipamento básico	50 322 279,32	2 058 302,88	-1 153 691,08	238 903,15	1 674 072,88	53 139 867,15
Equipamento de transporte	14 010 794,44	511 244,05	-251 453,22	84 371,69	210 789,40	14 565 746,36
Equipamento administrativo	701 375,39	0,00	-44 495,9	2 077,48	0,00	658 956,88
Outros ativos fixos tangíveis	34 504,43	0,00	-28 377,25	385,92	0,00	6 513,10
Em curso	1 202 870,98	503 532,92	0,00		0,00	1 706 403,90
Adiantamentos p.conta invest.	420 000,00	0,00	0,00			420 000,00
TOTAL	73 532 003,32	3 073 079,85	-1 478 017,54	377 463,26	1 996 289,86	77 500 818,75

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 603 289,96	60 488,32	47 135,49	0,00		1 710 913,77
Equipamento básico	24 729 845,05	2 962 876,70	271 946,24	-1 111 025,96		26 853 642,03
Equipamento de transporte	7 907 781,40	663 097,19	52 172,91	-229 131,21		8 393 920,29
Equipamento administrativo	691 654,03	847,77	1 977,02	-44 495,98		649 982,84
Outros ativos fixos tangíveis	33 851,68	32,27	374,45	-27 906,48		6 351,91
TOTAL	34 966 422,12	3 687 342,25	373 606,11	-1 412 559,63	0,00	37 614 810,85
Valor Líquido	38 565 581,20					39 886 007,90

Ano 2025						
Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	645 775,10	0,00	0,00	-3 612,19	0,00	642 162,91
Edifícios e outras construções	6 357 556,26	2 456,70	0,00	-101 927,33	0,00	6 258 085,63
Equipamento básico	53 139 867,15	985 197,86	-6 356 528,92	-795 961,56	0,00	46 972 574,53
Equipamento de transporte	14 565 746,36	1 431 919,45	-1 507 234,67	-211 322,78	0,00	14 279 108,36
Equipamento administrativo	658 956,88	4 431,32	0,00	-3 042,27	0,00	660 345,93
Outros ativos fixos tangíveis	6 513,10	0,00	0,00	-754,34	0,00	5 758,76
Em curso	1 706 403,90	596 774,54	0,00	0,00	0,00	2 303 178,44
Adiantamentos p.conta invest.	420 000,00	0,00	-420 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	77 500 818,75 0,00	3 020 779,87	-8 283 763,59	-1 116 620,47	0,00	71 121 214,56

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 710 913,77	103 141,62	-92 980,47	0,00	0,00	1 721 074,92
Equipamento básico	26 853 642,03	2 493 393,74	-34 485,02	-2 834 090,01	0,00	26 478 460,74
Equipamento de transporte	8 393 920,29	657 973,40	-212 108,46	-246 986,83	0,00	8 592 798,40
Equipamento administrativo	649 982,84	1 033,58	-2 944,09	0,00	0,00	648 072,33
Outros ativos fixos tangíveis	6 351,92	28,53	-735,67	0,00	0,00	5 644,78
TOTAL	37 614 810,85	3 255 570,87	-343 253,71	-3 081 076,84	0,00	37 446 051,17
Valor Líquido	39 886 007,90					33 675 163,39

O valor dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente os localizados nas sucursais, como estão registados em moeda local estão sujeitos ao efeito das alterações das taxas de câmbio face ao Euro em cada período. Nos quadros acima estão quantificados esses efeitos.

Inerente à atividade da empresa e das suas sucursais estão a utilização de ativos fixos tangíveis, em particular os equipamentos básicos e os equipamentos de transporte. Tal situação poderá conduzir à existência da venda deste tipo de ativos entre Portugal e as suas sucursais e entre as sucursais, resultando assim em dois grandes tipos de operações. Por um lado, a transferência de equipamentos de sucursais cujas obras foram concluídas para sucursais com obras ativas, como foi o caso, em 2022, da transferência de equipamento da sucursal das Honduras para a sucursal do Gana, e por outro lado, por imposição dos fornecedores de equipamentos, por motivos de risco/ financiamento, os mesmos têm de ser vendidos a Portugal, que depois os revende às sucursais.

Relativamente à transferência de equipamentos entre sucursais e ou sede, em 2025 verificou-se um montante de 323.571,41€, em 2024 o montante foi de 10.669,94€ (Honduras/Portugal).

Origem	Destino	Montante
Gana	Moçambique	19.871,48€
Gana	Portugal	186.127,64€
Moçambique	Portugal	2.500,00€
Zâmbia	Moçambique	115.072,29€
TOTAL		323.571,41€

A rubrica de ativos fixos em curso, deve-se em grande medida à requalificação que está em curso na sede da empresa de modo a adequar a mesma de equipamentos mais ajustados às necessidades de funcionamento da organização.

Relativamente aos trabalhos para a própria empresa, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os movimentos ocorridos foram os seguintes:

Valores em euros

Rubrica	2025	2024
Trabalhos para a Própria Empresa	596 774,54	503 532,92
TOTAL	596 774,54	503 532,92

Esses trabalhos estão relacionados com trabalhos executados no Edifício da Sede.

8.2. Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas

Em 2024 realizou-se a revalorização de equipamento básico e de transporte, relativos a Portugal e às sucursais: Honduras, Zâmbia, Moçambique e Gana, com base numa avaliação realizada por uma entidade independente.

Esta avaliação foi realizada por uma entidade independente, com reconhecimento internacional, registada na C.M.V.M., que procedeu à determinação do valor razoável em uso continuado destes equipamentos.

A metodologia utilizada assentou nos princípios de avaliação geralmente aceites a nível internacional para a avaliação de ativos: Método do Custo e Método Comparativo de Mercado.

No Método do Custo foi tido em conta o custo de reposição a novo de cada equipamento bem como a depreciação física resultante do desgaste de cada um. Este método foi utilizado para os ativos que não dispõem de um mercado ativo no país de origem (essencialmente equipamento básico).

No Método Comparativo de Mercado foi tido em conta transações recentes de ativos semelhantes. Foi utilizado para ativos em que existe um mercado ativo (principalmente equipamento de transporte).

Foi igualmente realizada em 2024, pela mesma entidade, a determinação do valor razoável e estimativas de vidas uteis remanescentes de determinados bens imóveis (Terrenos, Edifícios e outras construções) localizados em Vila Nova de Famalicão.

Os métodos de avaliação utilizados foram o Método Comparativo de Mercado e o Método do Custo.

Durante o período não se efetuaram revalorizações do ativo fixo tangível ao abrigo de diplomas legais. Em períodos anteriores foram efetuadas revalorizações, que se basearam nos seguintes diplomas legais:

Ano da revalorização	Diploma legal
1986	Dec.- Lei nrº 118-B/86, de 27 de Maio
1991	Dec.- Lei nrº 49/91, de 25 de Janeiro
1993	Dec. – Lei nrº 264/92, de 24 de Novembro

Quadro discriminativo da evolução do excedente de revalorização e passivo por impostos diferidos, no período de 2024 e 2025:

Excedente (antes de PID)

Ano 2024			
Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edificio outras construções	2 232 284,81	111 427,58	2 343 712,39
Equipamento básico	15 303 627,31	2 094 454,47	17 398 081,78
Equipamento transporte	4 274 766,96	317 565,27	4 592 332,23
Sub-total	**21 810 679,08**	**2 523 447,33**	**24 334 126,40**
Revalorizações legais	210 298,93	0,00	210 298,93
Total	**22 020 978,01**	**2 523 447,33**	**24 544 425,33**

Excedente (depois de PID)

Ano 2024			
Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edificio outras construções	1 998 617,99	124 881,79	2 123 499,78
Equipamento básico	12 180 649,25	1 852 579,57	14 033 228,82
Equipamento transporte	3 389 425,78	297 278,73	3 686 704,51
Sub-total	**17 568 693,02**	**2 274 740,10**	**19 843 433,11**
Revalorizações legais	202 828,35	107,38	202 935,73
Total	17 771 521,36	2 274 847,48	20 046 368,84

Passivo por impostos diferidos

Ano 2024			
Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edificio outras construções	233 666,82	-13 454,21	220 212,61
Equipamento básico	3 122 978,06	241 874,90	3 364 852,96
Equipamento transporte	885 341,18	20 286,54	905 627,72
Sub-total	4 241 986,06	248 707,24	4 490 693,30
Revalorizações legais	7 470,58	-107,38	7 363,20
Total	4 249 456,64	248 599,86	4 498 056,50

Excedente (antes de PID)

Ano 2025			
Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edificio outras construções	2 343 712,39	-46 874,25	2 296 838,14
Equipamento básico	17 398 081,78	-3 575 951,68	13 822 130,10
Equipamento transporte	4 592 332,23	-842 061,87	3 750 270,36
Sub-total	24 334 126,40	-4 464 887,79	19 869 238,60
Revalorizações legais	210 298,93	0,00	210 298,93
Total	24 544 425,33	-4 464 887,79	20 079 537,53

Excedente (depois de PID)

Ano 2025			
Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edificio outras construções	2 123 499,78	-20 591,32	2 102 908,46
Equipamento básico	14 033 228,82	-2 891 658,48	11 141 570,34
Equipamento transporte	3 686 704,51	-691 759,05	2 994 945,46
Sub-total	19 843 433,11	-3 604 008,84	16 239 424,26
Revalorizações legais	202 935,73	239,08	203 174,81
Total	20 046 368,83	-3 603 769,76	16 442 599,07

Passivo por impostos diferidos

Ano 2025			
Rubrica	Saldo inicial	Aumentos /Reduções	Saldo final
Edificio outras construções	220 212,61	-26 282,93	193 929,68
Equipamento básico	3 364 852,96	-684 293,20	2 680 559,76
Equipamento transporte	905 627,72	-150 302,82	755 324,90
Sub-total	4 490 693,29	-860 878,95	3 629 814,34
Revalorizações legais	7 363,20	-239,08	7 124,12
Total	4 498 056,49	-861 118,03	3 636 938,46

O passivo por impostos diferidos foi calculado sobre o total do excedente de revalorização apurado, à taxa de IRC de 19%, tendo em conta o custo de aquisição atualizado pelos coeficientes de correção monetária.

Ao passivo por impostos diferidos acima evidenciado (3.636.938,46 euros), acresce o montante de 9.227,77 euros (ver nota 21), perfazendo um total de 3.646.166,23 euros.

Quadro discriminativo das revalorizações comparativamente ao custo histórico:

Rubrica	Custos Históricos	Excedente de reavaliação			Valores Cont.Reavaliados
		Excedente	Passivos Impostos Diferidos	Exc. líquido	
Revalorizações Legais					
Terrenos e recursos naturais	189 543,20	132 187,43	0,00	132 187,43	321 730,63
Edifícios e outras construções	115 614,70	78 111,50	-7 124,12	70 987,38	193 726,20
Sub-total	305 157,90	210 298,93	-7 124,12	203 174,81	515 456,83
Revalorizações Livres Ano 2024					
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	2 046 446,37	2 296 838,14	-193 929,68	2 102 908,46	4 343 284,51
Equipamento básico	6 448 645,46	13 822 130,10	-2 680 559,76	11 141 570,34	20 270 775,56
Equipamento de transporte	1 002 820,03	3 750 270,36	-755 324,90	2 994 945,46	4 753 090,39
Sub-total	9 497 911,86	19 869 238,60	-3 629 814,34	16 239 424,26	29 367 150,46
TOTAL	9 803 069,76	20 079 537,52	-3 636 938,46	16 442 599,07	29 882 607,29

9. Ativos não correntes detidos para venda

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2025 os movimentos ocorridos no valor dos ativos não correntes classificados como detidos para venda, no período foi o seguinte:

Ano 2024

Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	733 821,13	0,00	0,00	0,00	0,00	733 821,13
Equipamento básico	105 000,20	0,00	-105 000,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL	838 821,33	0,00	-105 000,20	0,00	0,00	733 821,13

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	683 717,63	2 907,50	0,00	0,00	0,00	686 625,13
Equipamento básico	105 000,20	0,00	-105 000,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL	788 717,83	2 907,50	-105 000,20	0,00	0,00	686 625,13
Valor Líquido	50 103,50					47 196,00

Ano 2025

Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	733 821,13	0,00	-733 821,13	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	236 330,40	0,00	0,00	0,00	236 330,40
TOTAL	733 821,13	236 330,40	-733 821,13	0,00	0,00	236 330,40

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	686 625,13	2 180,63	-688 805,76	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	686 625,13	2 180,63	-688 805,76	0,00	0,00	0,00
Valor Líquido	47 196,00					236 330,40

Os ativos não correntes detidos para venda correspondem a bens que a empresa entende que a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que esta venda é altamente provável e que ocorrerá no prazo de 1 ano.

10. Propriedades de investimento

A rúbrica "Propriedades de investimento" regista em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os seguintes valores:

Rubrica	Ano 2023	Alienações/ Aumento	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2024
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	169 638,66					169 638,66
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	169 638,66	0,00	0,00	0,00	0,00	169 638,66

Rubrica	Ano 2024	Alienações/ Aumento	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2025
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	169 638,66					169 638,66
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	169 638,66	0,00	0,00	0,00	0,00	169 638,66

As propriedades de investimento, são constituídas pelas frações "S", loja comercial sita na Avª do Brasil, VNF: 145.000,00€; e "AJ", loja comercial sita na Avª dos Banhos, Póvoa de Varzim: 24.638,66€, as quais estão registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As quantias referentes a Propriedades de investimento reconhecidas em resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram:

Rubrica	2025	2024
Rendas	16 125,60	16 125,60
Gastos	853,33	603,18

A rubrica "Gastos" é constituída por despesas de condomínio e imposto sobre imóveis (IMI).

11. Locações

11.1 Locações financeiras

A empresa possui ativos fixos tangíveis incluídos no Balanço em regime de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2025 eram os seguintes os valores destes ativos:

Rubrica	Valores Brutos	Depreciações	Valores Líquidos
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	4 011 600,17	1 428 703,36	2 582 896,81
Equipamento transporte	2 676 304,52	1 117 409,13	1 558 895,39

11.2 A responsabilidade inscrita no Balanço relativamente aos contratos de locação financeira era a seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
No passivo corrente	1 443 738,04	1 419 418,53
No passivo não corrente	1 689 010,66	1 763 520,00
TOTAL	3 132 748,70	3 182 938,53

11.3 Locações financeiras

O valor referente aos pagamentos mínimos de contratos de locação financeira são os seguintes:

	Ano 2025	Ano 2024
Até 12 meses...	1 443 738,04	1 419 418,53
Mais de 12 meses...	1 689 010,66	1 763 520,00

11.4 Locações operacionais

O valor referente a pagamentos de rendas de locações operacionais é o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
Até 12 meses...	1 966 516,70	1 083 369,10
Mais de 12 meses...	1 365 544,69	1 267 821,88

12. Custos de financiamento obtidos

Não foram capitalizados custos com empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis (e/ou inventários, se aplicável), cujo período de tempo para ficarem disponíveis para uso é considerável.

13. Imparidade de ativos

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 não foram reconhecidas perdas por imparidade e reversões por imparidade.

14. Interesses em empreendimentos conjuntos

As entidades conjuntamente controladas (ACE's), integradas pelo método proporcional, e proporção nas mesmas, eram em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 as seguintes:

Nome	Participação	
	2025	2024
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	30,00%	30,00%
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	33,33%	33,33%
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	50,00%	50,00%
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	50,00%	50,00%
Escola FGA, ACE	50,00%	50,00%
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	50,00%	50,00%
AVACE NORTE	10,00%	
AVEXP NORTE	10,00%	

No âmbito da obra do comboio de alta velocidade – Lote A, foram constituídos dois ACE's, Avace Norte para a componente de construção e o Avexp Norte para a componente de expropriações, nos quais a Gabriel Couto tem uma participação de 10%.

À data de 31 de Dezembro de 2025 e 2024 as quantias agregadas, ponderadas pela percentagem de controlo conjunto, dos ativos correntes, dos ativos não correntes, dos passivos correntes, dos passivos não correntes, dos rendimentos e dos gastos dos referidos agrupamentos complementares de empresa eram como segue:

	2025						
Nome	Ativo n/ corrente	Ativo corrente	Passivo n/corrente	Passivo corrente	Gastos	Rendimentos	ResultadLiq.
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	630 353,63	0,00	407 545,96	63,65	0,00	-63,65
CEGA– Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	86 018,13	0,00	86 888,85	870,72	0,00	-870,72
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	14 032,25	0,00	14 072,25	40,00	0,00	-40,00
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	0,00	240 700,38	0,00	240 700,38	0,00	0,00	0,00
Escola FGA, ACE	0,00	15 461,89	1 501,24	14 152,63	191,98	0,00	-191,98
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	89 866,66	45 503,31	44 470,73	107,38	0,00	-107,38
AVACE NORTE	6 467,50	1 449 245,16	0,00	1 459 088,32	2 508 823,55	2 508 579,51	-244,04
AVEXP NORTE	299,37	119 284,40	0,00	119 864,95	85 335,43	85 054,25	-281,18
TOTAL	6 766,87	2 644 962,50	47 004,55	2 386 784,07	2 595 432,71	2 593 633,76	-1 798,95

	2024						
Nome	Ativo n/ corrente	Ativo corrente	Passivo n/corrente	Passivo corrente	Gastos	Rendimentos	ResultadLiq.
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	630.417,27	0,00	407.545,95	785,68	0,00	-785,68
CEGA– Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	85.033,26	0,00	85.904,85	871,59	0,00	-871,59
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	14.032,25	0,00	14.082,55	98,75	48,45	-50,30
Amândio de Carvalho & Gabriel Couto, ACE	0,00	240.700,38	0,00	240.700,38	0,00	0,00	0,00
Escola FGA, ACE	0,00	24.082,82	1.501,24	22.647,96	106,38	40,00	-66,38
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	97.027,32	45.503,31	51.633,72	109,72	0,01	-109,71
TOTAL	0,00	1.091.293,30	47.004,55	822.515,41	1.972,12	88,46	-1.883,66

15. Participações finaceiras- MEP e outros investimentos financeiros

15.1 Participações financeiras – MEP

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica está apresentada no quadro seguinte:

		2025				2024			
Firma	Sede	% CP	Capital próprio	Resultado Líquido	Valor da Participaçao	% CP	Capital próprio	Resultado Líquido	Valor da Participação
Comasa-C. Civil e O.Públicas, Lda	VN Famalicão	80,00%	189 931,16	-2 927,91	151 944,93	80,00%	192 859,07	-9 924,15	154 287,26
Abrical-Areias, Brit. E Calcários, Lda	Miranda Douro	50,00%	438 130,16	-223,28	219 065,08	50,00%	438 353,44	-217,11	219 176,72
Socojol-Eng. Const. Civil, Lda	Moçambique	91,667%	51 926,88	365,62	55 046,17	91,667%	59 684,53	489,57	54 711,02
ParqF-Parques Estac Famalicão	Braga	40,00%	203 748,92	146 792,47	61 498,77	40,00%	206 954,45	145 782,05	62 781,78
GCM-Eng e Const Lda	Moçambique	88,035%	133 903,56	-1 413,17	117 882,00	88,035%	153 041,92	-3 151,85	134 730,45
Vialivre	Lisboa	3,192%	1 264 544,00	864 205,00	40 364,24	3,192%	2 140 884,00	2 080 884,00	68 337,02
Gabriel Couto Angola, Ldª	Angola	17,125%	1 906 039,90	1 342 238,35	326 409,33	17,125%	637 792,20	1 035 433,86	82 326,32
TOTAL					972 210,52				776 350,57

Utiliza-se o método de equivalência patrimonial na Vialivre, pelo facto desta entidade resultar de concessões rodoviárias.
O impacto do MEP nos resultados em 2025 foi o seguinte:

- Rendimentos – aplicação MEP 257.778,89€ (nota 26)
- Gastos – aplicação MEP -3.698,05€ (nota 26)

Adicionalmente foram recebidas prestações suplementares no valor de 60.000,00 euros (ParqF).

15.2 Outros investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os investimentos em outras empresas está apresentado no quadro seguinte:

		2025		2024	
Firma	Sede	%	Valor	%	Valor
Norgarante		--	26 000,00	--	44 000,00
F.VPR Mo (Montepio)		--	74 990,95	--	74 990,95
Gabriel Couto (Moçambique),SARL	Moçambique	57,00%	24 255,32	57,00%	27 432,86
Mopre-Pré Fabricado Betão, Lda	Moçambique	90,00%	1 997,58	90,00%	2 259,24
Bemoz, Lda	Moçambique	85,00%	228,68	85,00%	258,63
Gabriel-EUROFINSA	Espanha	49,90%	1 105,59	49,90%	1 105,59
Euroscut-Soc.Concession.da Scut do Algarve, S.A.			10,00		10,00
Auto-Estradas Norte Litoral-Soc.Conc.AENL, SA			1,00		1,00
Gabriel Couto, SGPS, SA			1,00		1,00
Catim			1 000,00		1 000,00
LUSOLAV, S.A.	Portugal	3,33%	1 665,00	3,33%	1 665,00
LUSOLAV II, S.A.	Portugal			5,00%	2 500,00
LUSOLAV III, S.A.	Portugal	3,33%	1 665,00	3,33%	1 665,00
LUSOLAV IV, S.A.	Portugal	5,00%	2 500,00	5,00%	2 500,00
EMMAAV	Portugal	6,67%	3 335,00		
FC - Fundação da Construção	Portugal	7,14%	20 000,00	7,14%	20 000,00
A. Built Colab	Portugal	5,00%	12 500,00		
Outros investimentos financeiros			2 827 919,55		81 313,04
TOTAL			2 999 174,67		260 702,31

Outros investimentos financeiros incluem:

		2025		2024	
Firma	Sede	%	Valor	%	Valor
Outros investimentos financeiros			2 827 919,55		81 313,04
Gabriel Couto, SGPS, SA (Empréstimos)	Portugal		0,32		0,32
LUSOLAV, S.A. (Empréstimos)	Portugal	3,33%	81 312,72	3,33%	81 312,72
LUSOLAV III, S.A. (Empréstimos)	Portugal	3,33%	6 660,00		
Gabriel Couto Angola, Ldª	Angola	17,13%	2 739 946,51		

No que se refere a Gabriel Couto (Moçambique), SARL, Mopre – Pré Fabric Betão, Lda e a Bemoz. Lda, os valores destas participações estão avaliados ao custo de aquisição, uma vez que ainda não iniciaram a sua atividade produtiva.

A Gabriel Couto pertence ao consórcio que concorreu ao Lote A e B do Concurso do Comboio de Alta Velocidade em Portugal. Assim, no âmbito do Lote A (Porto-Oiã) foram constituídas as entidades Lusolav, Lusolav II e EMMAAV, enquanto para o Lote B (Oiã-Soure) foram constituídas as entidades Lusolav III e Lusolav IV.

A Gabriel Couto é um dos membros fundadores da Fundação da Construção, uma nova entidade portuguesa criada em julho de 2024 com o objetivo de reforçar o setor da construção, promovendo inovação, sustentabilidade, regulamentação e formação técnica. Em 2025 passou a ser membro da Associação Built Colab, um laboratório colaborativo no setor AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção.

16. Inventários, custo das mercadorias vendidas e consumidas e variação de produção.

A discriminação dos Inventários em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 era como segue:

Rubrica	2025	2024
Matérias – primas, subsidiárias e de consumo	845 155,26	1 310 815,69
Produtos e trabalhos em curso	2 361 506,85	1 230 231,26
Produtos acabados e intermédios	310 207,90	310 207,90
Mercadorias	8 919,88	8 919,88
TOTAL	3 525 789,89	2 860 174,73

No âmbito dos concursos do comboio de alta velocidade (Lote A e B) foram realizadas despesas relacionadas especialmente com projetistas que serão incorporadas como custo de obras após a concretização do início das referidas obras. Em 2024 e 2025 foi considerado como "Produtos e Trabalhos em Curso" um montante de 1.060.038,29€ e 665.392,19€ respetivamente, cujo total ascende a 1.725.430,48€, associado a estes dois lotes.

16.1 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Rubrica	2025	2024
Mercadorias		
Saldo inicial	8 919,88	8 919,88
Compras	0,00	0,00
Saldo final	8 919,88	8 919,88
Custo	0,00	0,00
Matérias-primas, subs e de consumo		
Saldo inicial	1 310 815,69	1 415 959,86
Compras	24 652 944,64	35 989 002,70
Saldo final	845 155,26	1 310 815,69
Custo	25 118 605,07	36 094 146,87
Custo mercad vend mat consumidas	25 118 605,07	36 094 146,87

16.2 Variação nos inventários da produção.

Rubrica	2025	2024
Produtos acabados e intermédios:		
Saldo final	310 207,90	310 207,90
Regularização Existências		
Saldo inicial	310 207,90	347 093,46
Variação	0,00	-36 885,56
Produtos e Trabalhos em Curso		
Saldo final	2 361 506,85	1 230 231,26
Regularização Existências	-444 509,11	0,00
Saldo inicial	1 230 231,26	191 567,26
Variação	686 766,48	1 038 664,00
Variação inventários da produção	686 766,48	1 001 778,44

17. Contratos de construção

Rubrica	2025	2024
Custos estimados	580 589 255,96	503 968 088,22
Custos incorridos em períodos anteriores	337 569 224,44	245 476 729,21
Custos incorridos no períodos	112 369 926,97	117 773 494,71
Custos incorridos acumulados	449 939 151,41	363 250 223,92
Valos do Contrato	673 535 711,15	617 158 411,69
Rédito de períodos anteriores	395 470 534,01	290 629 342,28
Rédito do período	114 591 451,55	129 413 875,82
Quantia de adiantamentos recebidos	7 232 293,01	4 870 560,07
Quantia de retenções	4 740 844,14	1 186 825,17

18. Rédito

Mercado	2025			2024		
	Vendas	Prestação de Serviços	Total	Vendas	Prestação de Serviços	Total
Mercado nacional						
Portugal	0,00	105 141 620,26	105 141 620,26	85 000,00	89 400 478,39	89 485 478,39
Sub-total	0,00	105 141 620,26	105 141 620,26	85 000,00	89 400 478,39	89 485 478,39
Mercado extra-comunitário						
Moçambique	0,00	10 204 962,00	10 204 962,00	0,00	11 850 462,64	11 850 462,64
Zâmbia	0,00	82 271,10	82 271,10	0,00	728 983,05	728 983,05
Gana	0,00	2 439 919,40	2 439 919,40	0,00	26 331 826,79	26 331 826,79
Honduras	0,00	307 340,25	307 340,25	0,00	454 846,81	454 846,81
El Salvador	0,00	942,83	942,83	0,00	426,54	426,54
Sub-total	0,00	13 035 435,58	13 035 435,58	0,00	39 366 545,83	39 366 545,83
Total Geral	0,00	118 177 055,84	118 177 055,84	85 000,00	128 767 024,22	128 852 024,22

19. Provisões

Provisões	2025	2024
Garantias a clientes		
Saldo inicial	47 004,55	47 004,55
Reversões	0,00	0,00
Saldo final	47 004,55	47 004,55
Contratos onerosos		
Saldo inicial	52 446,58	9 578,28
Aumento	0,00	51 709,78
Reversões	56 198,42	8 841,48
Outras regularições	3 751,84	0,00
Saldo Final	0,00	52 446,58
Saldo Global Final	47 004,55	99 451,13

Provisões	2025	2024
Garantias a clientes		
Reversões	0,00	0,00
Contratos onerosos		
Aumento	0,00	51 709,78
Reversões	56 198,42	8 841,48
Saldo Final	-56 198,42	42 868,30

Numa empresa de construção, uma provisão para contrato oneroso é registada quando os custos estimados para terminar uma obra são superiores ao valor que será recebido pelo contrato, ou seja, quando se prevê prejuízo. Nesse caso, a empresa reconhece uma despesa no resultado e um passivo no balanço (provisão). Se os custos aumentarem, a provisão também é aumentada. Se mais tarde os custos previstos diminuírem, a empresa pode reverter parte ou toda a provisão, registando um ganho no resultado.

20. Passivos contingentes

A 31 de Dezembro de 2025 a empresa tem dois processos fiscais com a Autoridade Tributária relativamente a IRC dos anos de 2015 e 2017, no valor de 228.869,65€ e 223.661,95€, respetivamente, bem como, vários processos fiscais com a Autoridade Tributária relativamente a IVA dos anos 2023 e 2024 no valor de 763.341,62€, no entanto, não se prevê que estas situações resultem em impacto negativo no futuro.

No obstante, para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos à dívida de IRC de 2015 e 2017, foram emitidas duas garantias bancárias, a favor da Autoridade Tributária, cujo valor, a 31 de dezembro de 2024, ascendia a 124 e 283 milhares de euros, respetivamente. Quanto ao IVA foram emitidos seguros de caução no montante de 965 260,42€.

21. Imposto sobre o rendimento

Reconciliação do imposto sobre o rendimento dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Resultado antes de Impostos	2 961 169,87	4 343 647,61
Acréscimos à matéria colectável	4 632 156,51	30 471 852,87
Deduções à matéria colectável	4 076 815,80	30 896 781,16
Lucro/Prejuízo Fiscal	3 516 510,58	3 918 719,32
Dedução de Prejuízos Fiscais	0,00	0,00
Matéria Colectável	3 516 510,58	3 918 719,32
Coleta	738 467,22	822 931,06
Derrama Estadual	60 495,32	72 561,58
DTJI - art. 91	-798 962,54	-895 492,64
Beneficios Fiscais	0,00	0,00
Derrama	46 357,20	51 823,35
DTJI - Paises com CDT e quando DTJI > Coleta	-46 357,20	-51 823,35
Tributação Autónoma	208 592,04	186 834,84
Estimativa imposto corrente do exercício	1 053 911,78	1 134 150,83
Imposto diferido	-17 994,38	-818 443,85
Ajustamentos estimativas ex. anteriores	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento	1 035 917,40	315 706,98
Taxa média	29,46%	8,06%

A estimativa do imposto corrente, resultou do somatório dos valores da coleta total (coleta +derrama estadual), das tributações autónomas e da derrama.

O imposto a pagar, em 2025, foi significativamente influenciado por deduções que resultam da dupla tributação jurídica internacional (sucursais), no montante de 845.319,74€.

O imposto diferido, em 2025, ficou a dever-se a vários fatores, nomeadamente, ao reconhecimento de Benefícios Fiscais, nomeadamente CFEI II, SIFIDE e IFR, de reservas de reavaliação, à alteração dos montantes das provisões para contratos onerosos, e ao impacto do lucro imputado não distribuídos de empresas participadas e de ACEs.

Benefícios Fiscais

CFEI II

A Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho, da Assembleia da República, procedeu à 2ª alteração do OE 2020 (Lei 2/2020, de 31 de março). Esta lei aprova, no seu artº 16, o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II), nos termos do seu anexo V.

O CFEI II aplica-se a investimentos em ativos de exploração realizados entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021. Abrange todos os sectores de atividade. Não está sujeito a regras de auxílios minimis. Traduz-

se numa dedução direta à coleta de 20% do investimento realizado até ao limite de 70% da coleta. O que não puder ser deduzido no próprio exercício, pode ser deduzido nos 5 exercícios seguintes. Do total do crédito total a utilizar, no montante de 251.630,72 euros, 122.732,63 euros foi desreconhecido em 2025 e 128.898,09 euros poderá ser utilizado em 2026.

Em 2020, a empresa investiu entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2020 a importância de 2.034.631,21€, à qual correspondia um benefício total de 406.926,24€. No entanto, por lapso, a empresa declarou um investimento menor, tendo apenas usufruído de uma dedução à coleta no montante de 180 595,62€. Tal situação foi objeto de reclamação graciosa, a qual foi favorável à empresa em 2 de março de 2023, sendo que esta terá direito ainda a uma dedução no valor de 226.330,62€.

Em 2021 a empresa investiu entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021 a importância de 644 490,45€, cujo benefício foi de 128 898,09€, a reportar para o exercício seguinte, conforme indicado:

Ano de investimento	Investimento valor aquisição	Dedução à coleta 20%	Dedução à coleta do exercício	Saldo que transita parperíodo seguinte
2021	644.490,45	128.898,09	0,00	128.898,09

IFR

A empresa, em 2022, incorreu em investimentos suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Incentivo Fiscal à Recuperação, ao abrigo do artigo 307º do OE 2022, sendo que o valor do benefício fiscal ascendeu a 255.417,41€. Em virtude de não ter sido ainda deduzida qualquer parcela deste montante, o mesmo continua em reporte para o exercício seguinte, tendo como limite de utilização o ano de 2027.

SIFIDE

De acordo com a Lei que rege o SIFIDE II (Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 junho, aprovado em Diário da República, 1.ª série – N.º 114 – 17 de junho de 2013).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 65.655,24€, suscetíveis e serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014, tendo-lhe sido atribuído em abril de 2023 um crédito fiscal no montante de 21.337,95€.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 205.749,91€, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014 tendo-lhe sido atribuído em fevereiro de 2024 um crédito fiscal no montante de 153.329,87€.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 240.525,69€, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em nvestigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014 tendo-lhe sido atribuído em janeiro de 2025 um crédito fiscal no montante de 135.218,77€.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, a Empresa suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D") no valor de 303.845,11€, suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE II"), nos termos do art.º 6 da Lei nº 40/2005, na redação dada pela Lei nº 162/2014 tendo-lhe sido atribuído em fevereiro de 2026 um crédito fiscal no montante de 149.791,55€.

Ativos e passivos diferidos (balanço)

Os ativos e passivos por impostos diferidos referem-se a:

	2025		2024	
Rubrica	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Benefícios Fiscais	843 993,64		816 934,72	
Depreciações não ded	133 023,02		268 508,66	
Provisões	11 280,99		16 148,35	
Reservas de reavaliação legal		7 124,12		7 363,20
Reserva de reavaliação livre		3 629 814,34		4 490 693,30
Proveitos financeiros lucros a distribuir		9 227,77	5 734,11	10 525,62
	988 297,65	3 646 166,23	1 107 325,84	4 508 582,12

Em 31 de dezembro de 2024 procedeu-se à reavaliação dos edifícios, equipamentos básico e de transporte (Nota 8.2). Esta reavaliação originou a criação de impostos diferidos passivos de 4 490 693,30 euros, sendo o valor líquido em 2025 de 3.629.814,34€.

Foram considerados em 2025 os ativos por impostos diferidos relativos aos benefícios fiscais: CFEI II (128.898,09 euros); SIFIDE II (459.678,14 euros) e IFR (255 417,41 euros) e depreciações não dedutíveis (Gana).

22. Efeitos das alterações das taxas de câmbio

Cotação de fecho	31.12.2025	31.12.2024	Var.
Divisa	1 EURO	1EURO	
USD	1,175	1,039	13,1%
Novo Leu (Roménia)	5,097	4,974	2,5%
Kwanzas (Angola)	1071,936	947,477	13,1%
Meticais (Moçambique)	74,340	65,730	13,1%
Kwacha Zambiano	25,968	28,907	-10,2%
CVE (Escudo Caboverdiano)	110,265	110,265	0,0%
HNL (Lempiras Honduras)	30,933	26,300	17,6%
CFA (Francos Senegal)	655,957	655,957	0,0%
NIO (Córdoba Nicarágua)	43,005	38,024	13,1%
GHS (Cedis Gana)	12,279	15,220	-19,3%

O impacto das alterações das cotações cambiais na demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram as seguintes:

Diferenças de câmbio	2025			2024		
	Positivas	Negativas	Saldo	Positivas	Negativas	Saldo
Portugal	2 178,79	551 142,58	-548 963,79	366 744,17	426 690,03	-59 945,86
Sucursais						
Moçambique	168 758,61	246 524,61	-77 766,00	1 236 214,40	103 217,72	1 132 996,68
Zâmbia	24 438,54	14 535,02	9 903,52	11 055,29	64 860,39	-53 805,10
Gana	269 176,03	208 741,20	60 434,83	2 094 954,51	419 539,05	1 675 415,46
Honduras	569 284,77	2 138,30	567 146,47	100 993,38	73 773,87	27 219,51
El Salvador		18 164,60	-18 164,60	0,00	6 734,68	-6 734,68
Sub-total	1 031 657,95	490 103,73	541 554,22	3 443 217,58	668 125,71	2 775 091,87
Total Geral	1 033 836,74	1 041 246,31	-7 409,57	3 809 961,75	1 094 815,74	2 715 146,01

23. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros, correntes não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a seguinte decomposição:

23.1 Ativos financeiros

Clientes

As dívidas de clientes em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 apresentam-se assim:

Rubrica	2025	2024
Clientes:		
Clientes c/c	34 459 481,42	45 377 137,03
Clientes – retenções de garantia	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	473 623,48	473 623,48
Perdas por imparidades acumuladas	-473 623,48	-473 623,48
TOTAL	34 459 481,42	45 377 137,03

Adiantamento a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores que na construção se referem aos pagamentos antecipados realizados aos seus fornecedores de materiais, serviços ou subempreitadas, antes da entrega efetiva dos bens ou da execução dos serviços contratados, representaram em 2025 o montante de 42.133,59 €, uma redução face aos 752.856,89€ de 2024. Do valor em aberto em 2025, constatamos que este valor se refere a obras nacionais.

Estado e outros entes públicos

As dívidas do estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 apresentam-se assim:

Rubrica	2025	2024
Ativo corrente:		
Imposto sobre rendimento	4 086 040,40	4 085 490,81
Imposto sobre valor acrescentado	444 754,82	215 237,42
TOTAL	4 530 795,22	4 300 728,23

Reconciliação das dívidas do estado e outros entes públicos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Impostos sobre rendimento	4 086 040,40	4 085 490,81
Pagamentos por conta	827 697,00	0,00
Imposto apurado no exercício	-1 053 911,78	568 733,63
Retenções na fonte	14 643,72	0,00
Imposto retido Estrangeiro	6 212,25	0,00
Imposto apurado GH	3 633 029,43	3 408 497,22
Imposto apurado SV	0,00	0,00
Imposto HN	150 737,97	16 975,23
Imposto Moçambique	485 108,75	68 761,67
IRC Sede - Anos anteriores	0,00	0,00
Imposto retido Out. Paises	22 523,06	22 523,06
Imposto sobre o valor acrescentado	444 754,82	215 237,42
IVA - A pagar	-730 053,25	-730 053,25
IVA - Reembolsos pedidos	1 174 808,07	945 290,67
TOTAL	4 530 795,22	4 300 728,23

O valor de imposto sobre o rendimento mais relevante resulta do valor determinado no Gana no valor de 3.633 mil euros.

Outros Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 as rubricas Outros Créditos a receber (corrente e não corrente) tinham a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Ativo corrente:		
Adiantamentos ao pessoal	76 013,79	75 970,95
Devedores por acréscimo de rendimento	27 053 591,48	28 098 309,66
Outros devedores	9 152 590,35	6 875 948,67
Retenções Garantias de clientes	4 740 844,14	1 186 825,17
Estado	623 831,80	329 974,33
Outros	3 787 914,41	5 359 149,17
TOTAL	36 282 195,62	35 050 229,28

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Devedores por acréscimo de rendimentos" incluem um montante de 25.336 e 27.730 milhares de euros, respetivamente, resultante da aplicação do método do grau de acabamento.

O valor dos "Outros", no montante de 3.787.914,41€, em 2025 e à semelhança do verificado em 2024, tem como principal origem saldos devedores com partes relacionadas.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de diferimentos tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Ativo Corrente:		
Gastos a reconhecer	1 282 397,25	1 227 916,58

As principais rubricas de gastos a reconhecer resultam dos custos associados com garantias bancárias e seguros, no montante de cerca de 105 mil euros e 671 mil euros, respetivamente.

Inclui ainda o valor de 115 mil euros referente à atividade em Portugal (rendas e alugueres e outros), o valor 196 mil euros do ACE FEAG, o valor de 98 mil euros da sucursal do Gana e o valor de 98 mil euros da sucursal de Moçambique.

Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de outros ativos financeiros tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Ativo Corrente:		
Explorer Growth fund	56 427,87	100 706,76
Fundo montepio Prime	12 501,29	0,00
TOTAL	68 929,16	100 706,76

A redução do justo valor da participação no fundo "Explorer Growth fund II " é uma consequência da política de distribuição de dividendos do fundo de que a empresa tem beneficiado.

23.2 Passivos financeiros

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de fornecedores tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Passivo corrente:		
Fornecedores c/c	45 272 134,61	36 496 321,14
Fornecedores - títulos a pagar	398 155,61	578 458,36
TOTAL	45 670 290,22	37 074 779,50

Adiantamento de clientes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de adiantamento de clientes tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Passivo corrente:		
Fornecedores c/c	7.232.293,01	4.870.560,07

O valor dos "adiantamentos de clientes" em 2025 referem-se a clientes nacionais de 6.459.404,68€ e clientes de obras em Moçambique de 772.888,33€ que se prevê regularizar em 2026.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de estado e outros entes públicos tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Passivo corrente:		
Retenção I. sobre rendimento	217 234,35	220 023,36
Contribuição para a S. Social	1 083 782,99	1 297 581,30
TOTAL	1 301 017,34	1 517 604,66

No final de 2025 existiam em acordo de pagamento com a segurança social o montante de 398 mil euros.

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de financiamentos obtidos tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Passivo não corrente:		
Empréstimos bancários	2 944 088,51	3 140 318,83
Outros Financiamentos	1 479 444,61	1 552 778,00
Papel Comercial	3 000 000,00	4 000 000,00
Locações financeiras	1 689 010,66	1 763 520,00
Empréstimo Obrigacionista	0,00	600 000,00
Sub-total	9 112 543,78	11 056 616,83
Passivo corrente:		
Empréstimos bancários	3 590 590,01	2 792 804,29
Outros Financiamentos	20 549 108,03	28 875 473,59
Locações financeiras	1 443 738,04	1 419 418,53
Empréstimo Obrigacionista	600 000,00	1 200 000,00
Papel Comercial	1 000 000,00	1 000 000,00
Participantes de capital	24 857,29	24 928,25
Sub-total	27 208 293,37	35 312 624,66
TOTAL	36 320 837,15	46 369 241,49

A taxa de juro média que resulta da relação dos juros suportados face aos financiamentos obtidos, no período foi de 6,6% (7,8 % em 2024).

Rubrica	2026	2027	2028	2029	2030
Plano de reembolso:					
Empréstimos bancários médio e longo prazo	2 738 447,79	1 178 182,94	904 438,41	708 633,82	152 833,34
Factoring + Financiamento das vendas	1 673 333,32	793 333,32	433 333,32	252 777,97	0,00
Locações financeiras	1 361 851,35	734 823,41	523 611,61	363 677,87	66 897,77
Papel Comercial	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00
Empréstimo Obrigacionista	600 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7 373 632,46	3 706 339,67	2 861 383,34	2 325 089,66	219 731,11

Os financiamentos obtidos considerados no quadro acima incluem aqueles para os quais existem um plano de pagamento programado, sendo, por isso, excluídos os financiamentos obtidos cuja amortização estará dependente de recebimentos de clientes (factoring) ou emissão de faturas (empréstimos associados a obras de construção).

Relativamente ao contrato relativo ao Papel Comercial, foi emitido no final de 2024 um novo programa de papel comercial por um montante de 5 milhões de euros e por um período de 5 anos, vencimento em 2029, com um plano de amortização anual de um milhão de euros.

Relativamente às garantias prestadas, ver nota 24 do presente Anexo.

Os covenants associados a alguns contratos são, no essencial, correspondentes a: Owership clause, Negative Pledge e Pari-passu.
Em 2024 e 2025 procedeu-se à compensação de financiamentos de 4,6 MUSD e 3,9 MUSD, respetivamente, com o seu colateral de igual montante em depósitos a prazo. Em 2024 e 2025 considerou-se sem recurso o financiamento de uma remessa de exportação do Gana no montante de 4,0M€ e 3,6M€, respetivamente, para a qual existe um seguro de crédito com garantia do estado português.

Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Outras dividas a pagar não correntes:		
Adiantamento de clientes	0,00	0,00
Outros credores	1 833 547,40	3 140 523,01
TOTAL	1 833 547,40	3 140 523,01

Outras dividas a pagar correntes:		
Remunerações a pagar	7 688,08	9 066,83
Credores por acréscimos gastos	3 156 476,86	2 905 822,79
Outros credores	1 801 651,62	1 678 319,13
Resultados atribuídos a acionistas	12 712,99	12 763,29
Outras operações com acionistas		
TOTAL	4 978 529,55	4 605 972,04

Credores por acréscimos de gastos referem-se, no essencial, a estimativa de férias e subsídio de férias, a liquidar em 2026.

O valor dos "outros credores" não correntes no montante de 1.833.547,40€ em 2025 referem-se à estimativa de retenções de fornecedores que se prevê regularizar a partir de 2027. O valor de "outros credores" em correntes no montante de 1.801.651,62€ de 2025 refere-se sobretudo às retenções de fornecedores que se prevê regularizar em 2026.

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Rubrica	2025	2024
Passivo corrente:		
Rendimentos a reconhecer	15 123,31	1 298 788,63

O saldo decorre da aplicação do método da percentagem de acabamento.

24. Garantias e compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a terceiros, como segue:

Rubrica	2025	2024
Portugal		
Garantias	62 796 108,65	42 113 595,20
Seguros de caução	51 105 807,21	28 817 605,34
Sub-total	113 901 915,86	70 931 200,54
Moçambique		
Garantias	9 336 193,44	9 549 880,83
Sub-total	9 336 193,44	9 549 880,83
Ghana		
Seguros de caução	28 500 000,00	28 500 000,00
Sub-total	28 500 000,00	28 500 000,00
Resumo:		
Garantias	72 132 302,09	51 663 476,03
Seguros de caução	79 605 807,21	57 317 605,34
Total	151 738 109,30	108 981 081,37

As garantias bancárias e seguros de caução foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos à dívida de IRC de 2015 e 2017, e ao IVA de 2023 e 2024 foram emitidas garantias bancárias e seguros de caução a favor da Autoridade Tributária, cujo valor, a 31 de dezembro de 2025, ascendia a 1 372 674,57€.

Hipotecas

Em 2025, foi cancelada a hipoteca anteriormente constituída sobre o edifício da sede da empresa a favor do Banco Santander Totta, no montante de 18.763.000,00 €, tendo sido simultaneamente constituída uma nova hipoteca sobre o mesmo imóvel, a favor da mesma instituição bancária, no valor de 718.408,79 €.

25. Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de capital próprio eram as seguintes:

Rubrica	2025	2024
Capital subscrito	5.000.000,00	5.000.000,00
Ações (quotas próprias)	-500.000,00	-500.000,00
Reservas legais	1.000.000,00	1.000.000,00
Outras reservas	10.674.001,94	10.674.001,94
Resultados transitados	16.922.703,73	13.139.505,46
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	-19.185.687,08	–19.185.991,25
Excedentes de revalorização	16.442.599,07	20.046.368,84
	30.353.617,66	30.173.884,99
Resultado liquido do período	1.925.252,47	4.027.940,63
Total capitais próprios	32.278.870,13	34.201.825,62

Capital subscrito

O capital social da empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado e está representado por 1.000.000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada

Ações próprias

A empresa é detentora de 100.000 ações correspondente a 10% do capital social.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Reserva legal era de 1.000.000,00€, encontrando-se totalmente constituída segundo a legislação comercial.

Outras reservas

O montante de outras reservas que totaliza 10.674.001,94€, inclui o valor de 1.063.891,75€ referente aos excedentes de reavaliação legal ao abrigo do decreto-lei 49/91 e 264/92, os quais já se encontram realizados nos termos da regulamentação contabilística aplicável. Este montante (1.063.891,75 euros) só poderá ser utilizado em futuros aumentos de capital.

Resultados transitados

O valor corresponde essencialmente ao resultado líquido obtido ao longo dos anos, deduzido da constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social.

Excedente revalorização

O excedente de revalorização apresentado resulta das reavaliações identificadas na nota 8.2 deduzido do respetivo passivo por imposto diferido.

Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O valor apresentado nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, no montante de -19.185.687,08€ e -19.185.991,25€, corresponde essencialmente aos ajustamentos efetuados às participações financeiras detidas pela empresa, resultante da aplicação do MEP (método da equivalência patrimonial) ao longo dos anos.

Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de julho de 2025, foram aprovadas as contas do período 2024 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no montante 4 027 940,63€ (quatro milhões vinte sete mil novecentos e quarenta euros e sessenta três cêntimos) fosse levado para Resultados Transitados.

26. Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos desenvolviam-se da forma seguinte em 31 de Dezembro de 2025 e 2024:

Rubrica	2025	2024
Rendimentos e ganhos pela aplicação método equivalência patrimonial	257 778,89	141 953,94
Outros rendimentos e ganhos	0,00	1 790,18
Dividendos obtidos	57 977,12	82 455,12
Gastos e perdas pela aplicação do método da equivalência patrimonial	-3 698,05	-10 822,61
Outros gastos e perdas	-3 469,15	0,00
TOTAL	308 588,81	215 376,63

27. Fornecimento e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 o valor dos Fornecimentos e serviços externos registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas:

Rubrica	2025	2024
Subcontratos	45 836 892,20	44 826 761,42
Trabalhos especializados	5 927 890,25	4 304 020,96
Publicidade e propaganda	27 019,78	22 961,99
Vigilância e segurança	750 656,51	676 886,83
Honorários	9 375,00	14 746,08
Comissões	16 074,10	0,00
Conservação e reparação	1 790 636,14	2 835 016,55
Ferramentas e utens desg rap	97 027,35	288 509,32
Livros e doc técnica	6 085,21	20 954,14
Material de escritório	36 120,87	51 567,08
Artigos para oferta	30 432,53	13 578,34
Material limp, hig e conforto	29 521,93	74 324,03
Outros materiais	8 537,54	15 699,08
Eletricidade	215 543,72	245 589,71
Combustíveis	288 472,13	291 280,56
Água	87 040,43	101 852,16
Óleos	10 116,85	7 904,14
Gás	29 187,36	18 106,27
Deslocações e estadas	2 819 464,74	2 779 947,65
Transportes de pessoal	2 714,03	5 479,31
Transportes de mercadorias	42 755,81	21 484,37
Outros transportes	58 815,52	23 037,68
Rendas e alugueres	6 322 868,55	4 617 312,10
Comunicação	96 364,15	134 891,00
Seguros	1 093 332,20	889 493,78
Contencioso e notariado	409 112,78	557 621,79
Despesas de representação	21 300,08	17 569,48
Limpeza. Higiene e conforto	124 736,12	94 637,76
Outros serviços	433 648,88	250 802,61
TOTAL	66 621 742,76	67.483.095,19

Em 2025 as principais variações nos fornecimento e serviços externos foram nos trabalhos especializados devido à incorporação do Avace Norte e nas rendas e alugueres, cujo aumento ficou a dever-se às obras em Portugal.

28. Gastos com o pessoal

28.1. Os gastos com o pessoal contabilizados nos períodos de 2025 e 2024 foram os seguintes, de forma desagregada:

Rubrica	2025	2024
Remunerações órgãos sociais	364 421,90	356 427,81
Remuneração do pessoal	14 714 954,27	15 925 010,74
Indeminizações	116 525,45	176 291,59
Encargos sobre remunerações	2 952 406,05	2 853 999,62
Seguros de acid trab doenç prof	285 940,07	445 007,63
Gastos de acção social	472 864,43	252 347,54
Outros gastos com pessoal	78 872,52	163 232,57
Total	18 985 984,69	20 172 317,50

O número médio de trabalhadores em 2025, de 396 em Portugal, 115 em Moçambique, 28 na Zâmbia e 37 no Gana.

Conselho de administração	364.421,90€
Conselho fiscal	3.000,00€

29. Outros rendimentos e outros gastos

Durante o período de 2025 e 2024 foram evidenciados outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas de acordo com a desagregação seguinte:

Rubrica	2025	2024
Outros rendimentos:		
Rendimentos suplementares	2 069 328,94	1 030 691,88
Desc pronto pag obtidos	4 746,86	3 416,54
Diferenças de Câmbio Favoráveis	1 033 836,74	3 809 961,75
Outros rendimentos e ganhos	1 104,84	1,59
Rend e ganh inv não financ	2 288 840,69	249 970,68
Juros obtidos	169 066,26	93 416,13
Outros	993 512,95	1 716 106,72
Dos quais:		
Corr relat.exec ant.	9 663,91	19 687,96
Outros n. especificados	34 655,80	936 972,93
Benefícios de Penalid. Contrat.	31 975,46	25 000,00
Recuperação desp. Financ.	0,00	39 298,87
Excesso estimativa impostos	221,23	146,96
Outros	916 996,55	695 000,00
Total	6 560 437,28	6 903 565,29

Rubrica	2025	2024
Outros gastos:		
Impostos	921 892,54	517 833,99
Desc pronto pag concedidos	15,18	68,31
Juros de mora e compensatórios	470 120,99	215 259,71
Outros juros	453 970,69	488 751,02
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 041 246,31	1 094 815,74
Comissões bancárias	755 914,86	830 993,14
Outros gastos e perdas financiamento	370 680,87	442 920,75
Outros	959 381,90	934 241,07
Dos quais:		
Donativos	68 989,32	31 212,83
Quotizações	8 716,54	6 171,97
Insuficiência estimativa IRC	0,00	128 007,99
Multas e penalidades	567 745,32	521 745,98
Correções exerc anteriores	108 589,55	10 901,47
Total	4 973 223,34	4 524 883,73

As diferenças cambiais (rendimentos e gastos) encontram identificadas por geografia na nota 22.

Outras rubricas relevantes, nos rendimentos, os proveitos suplementares que resultam de atividades em obra (mão-de-obra, gasóleo, máquinas, materiais, etc.), a rubrica de outros rendimentos com a importância de 916.996,55€, resulta em grande parte da recuperação de despesas financeiras.

30. Juros e rendimentos e gastos similares

Rubrica	2025	2024
Juros e custos similares:		
.Juros suportados	2 404 787,71	3 636 121,01
Diferenças câmbio ref fin obtidos	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financ		
Relativos a financ obtidos	2 072 118,79	1 743 172,49
Total	4 476 906,50	5 379 293,50

31. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se ainda que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A remuneração atribuída ao revisor oficial de contas foi de 20.400,00€ em 2025 e 2024.

32. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos até à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período e até à data de elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de alterar de forma material a situação patrimonial, financeira e os resultados da empresa, sem prejuízo do atual contexto de incerteza geopolítica. Este contexto, marcado pelos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, continua a afetar negativamente a procura externa dos principais parceiros comerciais de Portugal, em particular os países da Área do Euro.

No plano monetário, o Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu, em 2025, um ciclo de redução das taxas de juro diretoras, tendo a taxa de depósito sido reduzida de 2,75 % para 2,0 % em junho, correspondendo à oitava descida consecutiva desde junho de 2024. Estas medidas tiveram como principal objetivo apoiar o crescimento económico num contexto de inflação próxima da meta de 2 %. Não obstante, o BCE mantém uma postura prudente e dependente da evolução dos indicadores económicos ("meeting by meeting"), admitindo a possibilidade de revisão da política monetária caso persistam pressões inflacionistas.

A nível nacional, a conjuntura internacional adversa e os impactos associados aos fenómenos climatéricos extremos poderão condicionar o ritmo de crescimento da economia portuguesa. Ainda assim, as perspetivas apontam para que a economia nacional apresente, em 2026, um desempenho relativamente mais favorável do que a média da economia europeia.

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. acompanha de forma permanente a evolução do enquadramento económico e geopolítico. Todavia, atendendo ao atual contexto de elevada volatilidade e incerteza, considera-se prudente manter uma postura de cautela, em particular face à imprevisibilidade associada à evolução do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como da situação no Médio Oriente, e aos potenciais impactos na economia mundial.

No entanto, a administração está convicta que a Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso dos pressupostos de continuidade das operações na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025, tal como descrito na nota 3.1.

33. Matérias ambientais

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carater ambiental.
A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 407.139,33€. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

34. Outras informações

Proposta de aplicação de resultados
A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. no período económico findo em 31 de Dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de + 1.925.252,47 Euros. A administração propõe aos acionistas que a esse resultado líquido apurado seja dada a seguinte aplicação:

Para resultados transitados o montante de 1.925.252,47 Euros

Não se procederá à distribuição de dividendos do ano 2025 aos acionistas a fim de consolidar os capitais próprios.

35. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de Junho de 2026.

O Contabilista Certificado O Conselho de Administração

4. Relatórios de Fiscalização

4.1 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 78

4.2 Certificação Legal de Contas (Auditores Estatutários) 79



4.1 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas da Sociedade
Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

De acordo com os estatutos, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral, bem como a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da sociedade Construções Gabriel A. S. Couto, S.A., referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa, tendo efetuado os seguintes procedimentos:
- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada representação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade;
- Verificámos o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Avaliámos a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados - SROC, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração, dos Serviços e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as provas e os esclarecimentos considerados necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que foi efetuado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto, decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas da Sociedade
Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

Procedemos à ação fiscalizadora de Construções Gabriel A. S. Couto, S.A., nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos do parecer que:

a) O Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
b) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
c) Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração no Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Vila Nova de Famalicão, 14 de julho de 2026.

O Conselho Fiscal

Presidente:

José Luís Pinto de Azevedo

Vogal:

Domingos Alberto Pinto da Silva Gomes

Vogal:

Mário Virgílio Veloso Antunes

4.2 Certificação Legal de Contas (Auditores Estatutários)

ACM
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.,** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de **133.323.678,89 euros** e um total de capital próprio de **32.278.870,13 euros**, incluindo um resultado líquido de **1.925.252,47 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ACM
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

ACM SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

TROFA
Rua Fernão Magalhães, nº 254, 2º - Sala 14
4785-319 Trofa, Portugal | Telefones: 252 409 780 / 919 543 847
E-mail: geral.trofa@acmroc.pt | www.acmroc.pt

ACM - Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, SROC, LDA.
Contribuinte nº 501 154 870 | SROC inscrita na lista da OROC sob o nº 57 e na CMVM sob o nº 20161397
CRC de Braga | Capital Social 52.500€

ACM SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Trofa, 14 de julho de 2026

ACM - ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

João Carlos do Sul Ribeiro - ROC nº 1106

(inscrito na CMVM sob o n.º 20160718)

TROFA
Rua Fernão Magalhães, nº 254, 2º - Sala 14
4785-319 Trofa, Portugal | Telefones: 252 409 780 / 919 543 847
E-mail: geral.trofa@acmroc.pt | www.acmroc.pt

ACM - Armindo Costa, Serra Cruz, Martins & Associados, SROC, LDA.
Contribuinte nº 501 154 870 | SROC inscrita na lista da OROC sob o nº 57 e na CMVM sob o nº 20161397
CRC de Braga | Capital Social 52.500€

Sede
Rua de São João de
Pedra Leital, nº 1000
4770-464 Requião,
Apartado 84 EC V.N.Famalicão
Tel: +351 252 308 640

MORE THAN CONSTRUCTION.

